



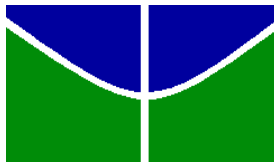
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB
FACULDADE UNB PLANALTINA – FUP
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO – LEdoC

HISTÓRIA E MEMÓRIA DA COMUNIDADE KALUNGA ENGENHO II

JOÃO FRANCISCO MAIA

Planaltina – DF

2014



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB
FACULDADE UNB PLANALTINA - FUP
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO – LEdoC

HISTÓRIA E MEMÓRIA DA COMUNIDADE KALUNGA ENGENHO II

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Educação do Campo – LEdoC, da Universidade de Brasília, como requisito parcial à obtenção ao título de licenciado em Educação do Campo, com habilitação na área de Linguagens.

Orientadora Prof. Msc.:Elisângela Nunes Pereira

Planaltina – DF

2014

JOÃO FRANCISCO MAIA

HISTÓRIA E MEMÓRIA DA COMUNIDADE KALUNGA ENGENHO II

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Educação do Campo – LEdoC, da Universidade de Brasília, como requisito parcial para a obtenção ao título de licenciado em Educação do Campo, com habilitação na área de Linguagens.

Aprovado em ____/____/2014

Banca Examinadora:

Prof^a. Msc.: Elisângela Nunes Pereira (CETEC/UnB) – Orientadora

Prof^a. Dr^a Regina Coelly Saraiva (UnB/FUP) - Examinadora

Prof^a. Dr^a Ana Maria Orofino Teles (doutoranda PPGE/UnB) - Examinadora

Planaltina – DF

2014

Dedico esta pesquisa primeiramente aos meus pais que tenho como heróis nesta luta em prol da conclusão deste trabalho, ao meu irmão, irmãs, sobrinhos e sobrinhas que sempre me apoiaram, incentivaram e acreditaram na dedicação dos meus estudos. Tenho em vista todos eles como a base desta grande conquista. Aos meus professores, desde as séries iniciais ao nível superior, a escola local e comunidade, que os tenho em vista, como os reis na administração desta transformação. E aos colegas e amigos que concluíram parte de seus estudos e aos que por motivos maiores, não conseguiram chegar ao pódio desta conquista.

AGRADECIMENTOS

No topo de todos os agradecimentos, primeiramente agradeço a DEUS, por ter me conservado com vida e saúde, e, purificar na medida do possível o meu intelecto para a conclusão deste trabalho.

Aos meus Pais, Irmãos e Irmãs que não deixaram de ser a base de apoio desde as raízes para a continuação do mesmo.

Ao corpo docente em geral, que contribuíram e contribuem com a arte de ensinar, somando a sua prática pedagógica e metodológica em prol da argumentação como sujeitos transformadores do mundo.

A Minha Orientadora: Professora. Msc. Elisangela Nunes Pereira, (também a Dra. Laís Mourão Sá) com a sua paciência no processo da construção desta Monografia.

Aos componentes da banca examinadora, que me avaliaram qualitativamente para a conclusão desta pesquisa.

Ao MEC e a própria Universidade por me transformar e facilitar em abrir novas portas e oportunidades no caminho da vida.

As professoras da Escola Joselina Francisco Maia: Tia Milza Francisco Maia e Tia Dorotéia dos Santos Rosa que tiveram a enorme paciência de me ensinar a ler e escrever, calcular e somar com o próximo, nos primeiros passos desta jornada.

A todos os Professores do Colégio Estadual Elias Jorge Cheim, que implantaram parte dos seus conhecimentos aos meus na conclusão do Ensino Médio na cidade de Cavalcante Goiás.

A todos os familiares que sempre me apoiaram, incentivaram e depositaram confiança em prol da conclusão de um nível superior.

Aos amigos e amigas de dentro e fora de salas de aulas que somaram comigo parte de seus conhecimentos.

A todos os estudantes da LEdoC, em especial da Turma Dandara pela interação coletiva na construção de um novo saber.

A todas as pessoas da cidade de Cavalcante que me apoiaram em suas casas (porque não tinha onde morar) durante os meus três anos de estudo para conclusão do Ensino Médio.

O cronista que narra os acontecimentos, sem distinguir entre os grandes e os pequenos, leva em conta a verdade de que nada do que um dia aconteceu pode ser considerado perdido para a história.

Walter Benjamin

Assim como as flores dirigem sua corola para o sol, o passado, graças a um misterioso heliotropismo, tenta dirigir-se para o sol que se levanta para o céu da história. Walter Benjamin

LISTA DE ABREVIATURAS

ADCT - Ato das Disposições Constitucionais Transitórias
AGQKE – Associação de Guias do Quilombo Kalunga Engenho II
CAT – Centro de Atendimento ao Turismo
CELG – Centrais Elétricas de Goiás
CITI – Canterbury Information Technologies
CNE - Conselho Nacional de Educação
CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento
DF – Distrito Federal
E. F. - Ensino Fundamental
E. M. – Ensino Médio
HSBC – Hong Kong and Shanghai Banking Corporation
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
LDB – Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LEdoC – Licenciatura em Educação do Campo
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS – Ministério do Desenvolvimento Sustentável
ONG – Organização não Governamental
PETI – Programa de Erradicação ao Trabalho Infantil
TC – Tempo Comunidade
TE – Tempo Escola

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1. MAPA DO SÍTIO HISTÓRICO E PATRIMÔNIO CULTURAL KALUNGA.	25
FIGURA 2. LOCAIS DE FONTES HISTÓRICAS, PRÓXIMA À COMUNIDADE.	39
FIGURA 3. ESTRADA CALCADA DE PEDRA - SERRA DA BOA VISTA.	40
FIGURA 4. RODA DE PEDRA ENCONTRADA - ENGENHO.	40
FIGURA 5. POÇO (OU PILÃO) CAVADO NA PEDRA - FAZENDA CHOCÃO.	41
FIGURA 6. CERCA DE PEDRA - FAZENDA CHOCÃO.	42
FIGURA 7. ROÇA DE FEIJÃO - BOA VISTA.	46
FIGURA 8. ROÇA DE MILHO – ENGENHO	47
FIGURA 9. ROÇA DE ARROZ – ENGENHO.	47
FIGURA 10. ROÇA DE MANDIOCA – ENGENHO. FONTE:	48
FIGURA 11. ROÇA DE BANANA - BOA VISTA.	49
FIGURA 12. PROGRAMA LUZ PARA TODOS.	57

RESUMO

O presente trabalho tem o intuito de mostrar como surgiu a Comunidade Kalunga Engenho, II no estado de Goiás, Brasil, uma das várias do maior quilombo do Brasil, o Quilombo Kalunga, situado no município de Cavalcante em Goiás a 325 quilômetros da capital Brasília – DF valorizar a cultura local, entender o significado das palavras: Quilombo e Kalunga, no Brasil e na África, na mesma perspectiva resgatar a história e Memória da Escola Joselina Francisco Maia e ao mesmo tempo identificar a importância da LEdoC Inserida na Educação local. Levando em conta algumas hipóteses a serem desvendadas a respeito do seu passado, com a intenção de ter em registro a História e a Memória desta comunidade, este trabalho utiliza da pesquisa qualitativa, as entrevistas foram feitas a partir de perguntas abertas, que foram gravadas, para conhecer as histórias e realidades dos sujeitos que residem nessa comunidade desde seus antepassados. Também foi realizada documentação fotográfica dos vestígios físicos como fontes históricas encontrados no território, e depoimentos do autor a partir de sua convivência no local. Na pesquisa podemos perceber que o surgimento da Comunidade Kalunga Engenho II nos leva a novas indagações a respeito de sua história oficial quando relacionada com a história do surgimento do Quilombo Kalunga, mas seus traços físicos, geográficos, culturais e memoriais não nega de ser quilombola. Acreditamos que várias das informações contidas neste estudo podem ser trabalhadas como recurso pedagógico dentro e fora das salas de aula da escola local, assim como material de apoio para grupos organizativos locais.

Palavras chaves: Quilombo Kalunga. Comunidade. História. Memória. Território.

ABSTRACT

This work aims to show how the Kalunga Community II appeared in the state of Goiás, Brazil, one of the many communities of the largest Quilombo in Brazil, the Quilombo Kaluga, located in the city of Cavalcante in Goiás, 325 kilometers from the capital. Considering some assumptions to discover about its past, with the intent of having registered the History and Memory of this community, this study uses qualitative research with interviews open-ended questions, to listen about which were recorded. The stories and realities of individuals residing in the same community since their ancestors. Photographic documentation of the physical remains as historical sources in the territories, and statements from author who is dwelling in the place was also performed. We believe that several of the information contained in this study may be worked as a teaching resource in and out of the classrooms of the local school.

Key words: Quilombo Kaluga. Community. History. Memory. Territory.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
METODOLOGIA	14
A História Oral	14
CAPITULO 1 – A HISTÓRIA DA COMUNIDADE KALUNGA ENGENHO II CONTADA A PARTIR DO LOCAL	19
1.1. Terra Território e Memória	19
1.2. Por que a Comunidade recebeu o nome Kalunga Engenho II?	22
1.3. Benefício do Governo Federal e Estadual para a Comunidade	24
1.4. Quilombo Calunga ou Quilombo Kalunga?	25
1.5. Localização da Comunidade Kalunga Engenho II	28
1.6. A origem da comunidade e significado da palavra Quilombo no Brasil e na África.	30
1.7. Formas de Existência e Resistência	34
1.8. As várias interpretações	39
1.9. Saberes tradicionais da comunidade ameaçados de extinção	45
1.10. As parteiras eram as médicas	52
1.11. Festas, Tradições e Datas Comemorativas	53
1.12. Conquistas da Comunidade ao longo da sua história	57
O PAPEL DA EDUCAÇÃO NA CONTINUIDADE DESSA HISTÓRIA	60
2.1. Conceito de Política Educacional e Educação do Campo	60
2.2. Memória da Escola Joselina Francisco Maia	63
CONSIDERAÇÕES FINAIS	66
REFERÊNCIAS	68
ANEXO I	70

INTRODUÇÃO

Este trabalho pretende colaborar com a compreensão mais detalhada de como foi o surgimento da Comunidade Kalunga Engenho II, no Município de Cavalcante, Goiás. Como estudante do curso Licenciatura em Educação do Campo - LEdoC, e por ser dessa comunidade, optei por trabalhar esse tema, porque considero de fundamental importância registrar a memória e a história de uma das comunidades Kalunga, o Engenho II, do Sítio Histórico Patrimônio Cultural Kalunga.

A pergunta que me motivou à pesquisa é: “Que dimensões da memória da Comunidade Kalunga Engenho II são relevantes para o registro da história do território Kalunga?” Esta é a questão central que trará várias reflexões a respeito do surgimento da comunidade já mencionada acima.

Um dos objetivos desta pesquisa é colaborar para que as histórias não se percam no tempo e no espaço. Outro intuito é colocar/disponibilizar esta pesquisa para ser trabalhada pelos professores e ampliar o conhecimento da Escola Joselina Francisco Maia, no sentido da valorização dos conhecimentos empíricos locais e colaborar com as lideranças locais a partir dos conhecimentos adquiridos, no sentido da organização política em prol da titulação e regularização das terras da comunidade Kalunga Engenho II.

O processo de ocupação ilegal das terras Kalunga iniciou a partir da década de 1970, com a abertura de estradas para a comunidade, começou o processo de grilagem de terras, com a intenção de criar gado, vários fazendeiros se apossaram principalmente das terras mais férteis, das campinas mais vastas e com maior quantidade de água. Isso tem atrapalhado a vida dos povos Kalungas principalmente na sua economia, e na agricultura de subsistência.

Este trabalho utiliza da pesquisa qualitativa, que segundo Delgado (2006), tem como principal característica a singularidade e a não compatibilidade com generalizações, principalmente nas áreas do conhecimento histórico, antropológico e sociológico. O objetivo desta metodologia é relativizar e universalizar conceitos pressupostos pelas experiências humanas.

Nesta perspectiva, as entrevistas foram feitas a partir de perguntas abertas, que foram gravadas, para conhecer as histórias e realidades dos sujeitos que resi-

dem na mesma comunidade desde seus antepassados. Também foi realizado registro fotográfico dos vestígios físicos como fontes históricas encontrados no território.

No primeiro capítulo buscou-se compreender o processo de formação da comunidade e o problema fundiário que tem atrapalhado o desenvolvimento local.

Neste capítulo busca-se entender como o Quilombo Kalunga surgiu, a partir de depoimentos dos mais velhos e registros físicos locais, pois dentro do Sítio Histórico existem muitas fontes que parecem revelar outra história¹ concreta e verdadeira, diferente da história² oficial. Com o resultado desta pesquisa, pretende-se também que seja trabalhada na escola a história do povo, e inserir nela esse contexto para que amplie o conhecimento dos alunos referente a memória, a agricultura e continuação da valorização do meio em que vive, de forma que através desta pesquisa o saber se multiplique.

Ainda no primeiro capítulo trabalhou-se as características locais e as datas comemorativas da comunidade buscando valorizar os saberes existentes.

No segundo capítulo foi construída a memória da Escola Joselina Francisco Maia, da forma mais cronológica possível. Também explorou-se com base em alguns verbetes do Dicionário de Educação do Campo, um pouco do conceito de Política Educacional, Educação do Campo e suas contribuições para a comunidade. Tendo como fundamentação o apoio de Sá (2012), Molina, (2012) e Caldart, (2012).

¹Exploração de escravos dentro da própria comunidade, podemos perceber a partir da memória e das fontes históricas (registros físicos existentes dentro da comunidade).

² História de que os quilombos surgiram a partir dos esconderijos dos escravos.

METODOLOGIA

A História Oral

A Metodologia da História Oral surgiu nos Estados Unidos, na Europa e México, nos anos de 1950 com a invenção do gravador que pôde registrar acontecimentos referentes a conjunturas, instituições modo de vida e até outros fatos. Esta metodologia ganhou força a partir do intercâmbio entre os intelectuais que exploram a mesma, como: historiadores, antropólogos, cientistas, políticos, sociólogos, pedagogos, teóricos da literatura, psicólogos e outros.

No Brasil esta ferramenta surgiu na década de 1970 e ganhou força a partir dos anos de 1990 com o movimento em torno da história oral. Em 1994 é criada a Associação Brasileira de História Oral, que alia membros de todas as regiões do território nacional, e posteriormente surge a Associação Internacional de História Oral, que realiza congressos bianuais e também edita uma revista e boletim. Com a abertura desses espaços ficou intensa a publicação de livros, pesquisas e relatos sobre a história oral.

De acordo com Delgado (2006), os maiores desafios dos historiadores, antropólogos e sociólogos, que buscam resgatar uma história de vida, usando a metodologia da história oral, consistem na própria definição do que é a própria história oral. Segundo a mesma autora nenhuma história nunca é oral, apenas uma partícula dela é oral (momento que o conhecimento foi produzido). Os estudiosos buscam através de sujeitos históricos, resgatar a história e mantê-las como elas são.

As entrevistas de história oral, de preferência gravada são fios condutores da compreensão e do resgate a uma história, que sempre se relaciona com documentos escritos, registros, e imagens do passado.

A história oral é um procedimento, um meio, um caminho para a produção do conhecimento histórico. Traz em si duplo ensinamento: sobre a época enfocada pelo depoimento – o tempo passado, e sobre a época na qual o conhecimento foi produzido – tempo presente. Trata-se, portanto, de uma produção especializada de documentos e fontes, realizada com interferência do historiador e na qual se cruzam intersubjetividades (DELGADO; 2006, p. 16).

O sujeito pesquisador como protagonista de sua própria história, após utilizar-se desta metodologia, provavelmente ficará mais sábio que o seu próprio entrevistador, momento em que o bom aluno supera com razão o bom mestre. Uma metamorfose de memórias vão surgindo e ficando registradas, tanto as do passado como as do presente que em pouco tempo já faz parte do passado, e aos poucos interpretadas e transformando em um documento histórico qualitativo. Neste mesmo sentido é o que afirma SARAIVA (2010).

As experiências de homens e mulheres, ao serem redimidas pela memória, criam condições para se escrever no presente os apelos do passado. Assim, a (re)construção das experiências permite refletir sobre seus significados nas ações da vida cotidiana onde a história transcorre (SARAIVA; 2010, p.02).

Essa atividade com a metodologia de história oral tem o objetivo de compreender o passado e apelar para um futuro melhor onde o próprio pesquisador reside, tudo a partir da gravação e dos depoimentos dos sujeitos locais. Como a própria Saraiva (2010) descreve “O estudo da história é complexo.” Mas através do memorar, das indagações e, reflexões vão surgindo telhados de ideias resultando em um acúmulo de relatos que logo purificados ficam registrados como um documento histórico, uma fonte identitária que uma vez aprovada terá valor como um raio de luz perfumado.

Para Saraiva (2010) “a memória é o campo de atuação da história”, sendo desta forma, não possivelmente, ela é um prisma que fragmenta de forma verdadeira os acúmulos, rupturas e permanências no decorrer do tempo, a história de um povo que sempre foi ou era totalmente silenciado.

Então podemos entender história como uma ciência que estuda as ações do ser humano no tempo e no espaço e memória como recordações e registro do passado, assim se resume em história e memória, metodologia esta fruto da história oral.

Nesta pesquisa foram entrevistadas nove pessoas locais, com idades variadas entre 24 (apenas uma pessoa) e 81 anos, são na maioria idosas, mas com uma linha de raciocínio ampla, ainda bastante ativa, consciente, que traz em suas memó-

rias, marcos importantes, em que algumas delas foram os próprios personagens oprimidos nesta viagem histórica, rica em experiências no domínio com a terra, mas vivendo momentos de horrores por jagunços de fazendeiros (grileiros de terras) que afetavam a região na época.

Todas as entrevistas selecionadas (por ser mais antigas e sábias referente ao tema de pesquisa) e utilizadas neste trabalho foram realizadas a partir de gravações e transcritas dentro do coloquial da língua, desta forma foi mantido o verdadeiro modo de falar da comunidade sem alterar ou diminuir as narrativas do memorar dos entrevistados, escritas conforme a forma original que os falantes falam.

NOMES DOS ENTREVISTADOS CITADOS		
NOME	IDADE	INFORMAÇÕES IMPORTANTES
Leopoldo Francisco Maia	81 anos	Mora na Comunidade Kalunga Engenho II desde seu nascimento, já foi conselheiro, além de respeitado é um dos mais velhos e de grande conhecimento a respeito da história do passado.
Elói Francisco Maia	78 anos	Aposentado por idade, religioso, no intuito de sempre ter renda na agricultura, fez promessas e é o atual encarregado (desde o ensaio ao arremato) da Folia de Santos Reis, algumas pessoas o consideram como um dos maiores lavradores (agricultor) da comunidade, principalmente quando se trata de suas experiências em adequação de qual produto melhor adapte com a terra, e, época de plantio que tem toda uma ligação com o calendário das chuvas que é estudado nas profecias de São João. Seu domínio com a natureza vem sendo repassado desde seus bisavôs que também nasceram e morreram na mesma comunidade.
Leutéria Santos Rosa	62 anos	Esposa de Elói Francisco Maia tem um grande conhecimento com as ervas medicinais, já ajudou nos serviços de parto, já teve doze filhos, cinco são vivos e sete mortos, hoje é aposentada por idade, religiosa e

		acredita muito em milagres, seu pai era Domingó Paulino da Silva, grande guia de foli- as.
Joaquim Paulino da Silva	51 anos.	Irmão de Leutéria Santos Rosa, (somente por parte de pai), tem seis filhos, até hoje vive da roça, faz suas plantações nas terras de agricultura mais próxima da comunidade. Ele foi vítima de abusos de fazendeiros que colocaram gado dentro de suas roças antes mesmo da colheita.
Jorge Moreira de Olivei- ra	45 anos.	Pai de sete filhos, já foi presidente da Asso- ciação Kalunga Cavalcante e Engenho II – AKCE, concluiu o E. M. pelo Telecurso, é lavrador e folião nas folias de Santos Reis e de Santo Antônio, principais atividades reli- giosas da comunidade.
Ranulfo dos Santos Rosa	55 anos	Solteiro, não tem nenhum filho, é lavrador e apenas consegue assinar o nome, também já foi explorado por fazendeiros que domi- navam as terras de cultivo, até alguns anos tudo que ele produzia era obrigado a ceder uma parte para o suposto proprietário.
Dominga Natália Morei- ra dos Santos Rosa.	24 anos	Filha de Sr. Sirilo dos Santos Rosa, mãe de dois filhos, casada, concluiu o E.M na escola da comunidade, e atua na mesma como pro- fessora desde as séries iniciais do E. F. ao E. M.
Getúlia Moreira da Silva	55 anos	Mora com Sr. Sirilo, é alfabetizada, religio- sas, como morou muito tempo na roça, ela mesma dava aulas para seus filhos, hoje mora no coração da comunidade, atualmen- te trabalha em sua horta e serve comida para turistas que visita a comunidade.
Sirilo dos Santos Rosa	59 anos	Esposo de D. Getúlia foi Presidente da As- sociação Mãe por um período de mais de quatro anos, é o atual representante da co- munidade, e ainda assume o papel de con- selheiro número um, ou melhor, líder da co-

		munidade.
Daniela dos Santos Rosa.	81 anos	Foi esposa de Joaquim Ternermaes (o mesmo chegou a ser líder conselheiro da comunidade), logo ficou viúva. Daniela era católica, mas nos últimos anos de sua vida (vítima de um enfarte em 2013) passou a ser evangélica, mas nunca desprezara a religião do outro, era uma das únicas mulheres conselheira da comunidade seu intera-gimento com as pessoas era sem igual, todos admiravam o seu modo de ser e intera-gir com as pessoas.

Esses são considerados cernes³, guerreiros que lutaram dando resistência e existência à comunidade, afirmando que a mesma é o eterno viver de todos que ali residem.

Por se tratar de um trabalho teórico, será utilizada também a metodologia de pesquisa bibliográfica com base principalmente nos seguintes autores: Saraiva; (2010), Velloso; (2007), Sá; (2010), Soares; (1993), e Buchman; (2009).

³No termo local, refere-se às Pessoas mais antigas da comunidade.

CAPITULO 1 – A HISTÓRIA DA COMUNIDADE KALUNGA ENGENHO II CONTADA A PARTIR DO LOCAL

1.1. Terra Território e Memória

De acordo com Sá (2010), terra é uma palavra de vários significados. É o planeta, é onde pisamos, é onde plantamos e cultivamos, é um pedaço cercado que vale dinheiro. Mas definitivamente podemos caracterizar terra como um lugar que é de todos e dele dependemos universalmente para nos mantermos vivos. Dessa palavra “Terra” deriva-se três outras: Território, Territorialidade e Reterritorialização. O Território pode ser entendido como um lugar onde um grupo reside de forma comunal. Assim como o sistema original de convivência dos kalungas, que caracterizam o território como sua garantia de sobrevivência.

Enquanto territorialidade é caracterizada como posse do território onde um grupo reside e é conquistado a partir da luta, e se fortalece na medida em que o tempo vai passando e ali vão organizando seu modo de vida. E reterritorialidade é caracterizada como a reconquista de um território que antes havia sido perdido, Sá (2010) cita como exemplo os índios e quilombolas que tem reconquistado a terra que a eles pertencia.

Todos esses conceitos do radical terra estão ligados a “memória” da comunidade Kalunga Engenho II, pois as perdas de terras locais a partir dos anos 70 tem sido um problema constante.

A antropologia pouco aprofundava seus estudos nos grupos sociais mais isolados, como os quilombolas e indígenas, neste mesmo sentido é o que afirma: “A memória é um campo de atuação da história. Mas durante muito tempo, a história se preocupou em registrar experiências somente de alguns grupos, excluindo outros” (SARAIVA, 2010, p. 1). É o caso dos kalungas que até o início dos anos setenta continuavam invisíveis em suas localidades.

De acordo com Benjamim (1994) a memória evocada a partir da oralidade dos mais antigos é o leque de um supremo heliotropismo que de degrau em degrau ergue a sua história de geração para geração infinitamente, conduzindo à continuidade dos acontecimentos, sem distinguir entre os grandes e os pequenos fatos, reativan-

do e valorizando, através das narrações orais e escritas, sua árvore genealógica, seu grupo social, e as descendências a que pertencem. Semelhante afirma:

O passado espelhado no presente reproduz, através de narrativas, a dinâmica da vida pessoal em conexão com processos coletivos. A reconstituição dessa dinâmica, pelo processo de recordação, que inclui, ênfases, lapsos, esquecimentos, omissões, contribui para a reconstituição do que passou segundo o olhar de cada depoente. (DELGADO, 2006, p.16).

O resgate da memória de um povo é muito importante para que as histórias não se percam, a infinita viagem pelo tempo tem suas longínquas curvas, que muitas das vezes nem com a melhor das ações e interpretações conseguem alcançar uma dimensão totalmente verdadeira referente ao seu passado. Ter em registro por escrito e oralmente, é o melhor caminho para a fantástica e originária conclusão para o estudo antropológico.

Obviamente, o estudo antropológico não pode ser realizado somente do narrar das pessoas, para melhor qualidade é imprescindível a fundamentação teórica referente ao tema de pesquisa e entrelaça-las com as mudanças desde o passado ao presente. “A maneira específica como cada grupo constrói sua memória coletiva dependeria em parte da história de migrações que o grupo realizou no passado” (LITTLE 2002, p. 11). As várias informações coletadas a partir da oralidade de um povo é a trilha original para o resgate da história, mas essa trilha precisa ser coletiva e narrada desde as suas origens.

Podemos concluir que o modo que as pessoas falam entre si, suas expressões faciais e corporais, faz tornar mais real o fato relatado naquela oralidade, assim visa mais vida no desenvolvimento do estudo antropológico. “Incorporar visões, experiências, memória dos oprimidos significa construir uma alternativa para irromper silêncios” (SARAIVA, 2010, p.02).

De acordo com SOARES (1993), recuperar a história de um povo, principalmente de comunidades tradicionais, facilita no reconhecimento da terra pelo Estado, adquirindo um alto valor do território e da identidade local, é como se constituísse parte do documento dela, contribuindo na recuperação dos terrenos invadidos, que antes de serem reconhecidos pelo Estado eram considerados como áreas devolutas.

Conversando com o Sr. Sirilo (líder da comunidade), uma das principais dificuldades que se encontra no processo de regularização e titulação das terras Kalunga, é descobrir quem é realmente o dono do imóvel, sobre o mesmo comenta que, segundo o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) alguns desses terrenos chegam a ter até doze donos, o que desencadeia em inúmeras dificuldades no processo de avaliação para indenização das terras Kalunga, para resolver tais desafios encontrados referentes a titulação e indenização é preciso que o INCRA juntamente com o estado entre em ação com a ⁴Cadeia Dominial, para descobrir quem de fato é o legítimo dono. Mas o pior é que o Fórum de Cavalcante Goiás se encontra inativo, devida algumas irregularidades (algumas delas referente a documentação de terras), cometidas no passado, assim descoberta recentemente.

As regiões mais próximas da comunidade Engenho II, que são mais adequadas para o cultivo, estão sobre o domínio de fazendeiros, que além de invadirem as terras, ainda oprimem os Kalungas que delas dependem. Mas já existem leis que já deveriam estar em ação tais como:

A lei Estadual nº 9.541, de 24 de setembro de 1984, que dispõe sobre descriminação ou arrecadação das terras devolutas do Estado e dá outras providências, foi estudada, votada e sancionada, visando, além de outras áreas, à dos Kalungas. (SOARES, 1993, p. 93).

Poucas pessoas da comunidade têm conhecimento destas leis que as beneficiam, talvez seja o motivo de não manifestarem e nem terem vozes, mas seus gritos precisam ecoar em prol da liberdade.

As comunidades tradicionais têm muitos costumes idênticos ao dos indígenas, só retiram da natureza o que precisam e o que é necessário à sobrevivência, e o mais importante é que tudo é coletivo, conforme afirma Sá (2010), “[...] muitos dos povos do campo brasileiro ainda vivem com o sentido da terra comum”.

Esta relação amistosa entre os indivíduos contribuem a cada dia para estreitar os laços de convivência internamente da comunidade, como dizem os moradores locais “uma mão lava a outra e termina as duas estão bem lavadas”, mas isso não é

⁴ Inquérito que comprove oficialmente quem é o proprietário de um imóvel desde o primeiro ao último a se apropriar.

bem o que está acontecendo atualmente, pois com a interferência dos fazendeiros na região instituiu-se as diferenças de classes, de um lado, os supostos proprietários de terras, e do outro os agricultores, que são explorados pelos fazendeiros na agricultura transformando-as em pastos. Dessa forma, considera-se o eixo central do grande problema que tem atrapalhado o desenvolvimento local.

Esse problema vem acontecendo recentemente considerando-se o tempo de surgimento da comunidade⁵, ou seja, a cerca de trinta anos atrás aproximadamente. Alguns moradores mais velhos afirmam que a comunidade existe há mais de trezentos anos. Em uma entrevista, realizada no dia 09/10/11, seu Leopoldo morador da Comunidade Kalunga Engenho II, afirma que a comunidade surgiu a partir de duas famílias:

As primeiras famílias do meu conhecimento a morar nesta comunidade foram as do meu bisavô Mateus Francisco Maia, dessa família é que dirigiu todo mundo aqui, a outra família é de Conrada dos Santos Rosa, que morava no Bom Jesus, essas famílias foram as que deram origem as famílias Maia e a dos Santos Rosa, dando início a comunidade (Maia 2012, in LEdoC/UnB).

Entre essas versões, oficial escrita e da tradição oral do memorar das pessoas referentes à origem da comunidade, percebe-se de acordo o que vimos que não se distanciam muito uma versão da outra, pois são realmente as duas maiores famílias da comunidade, as de sobrenome Francisco Maia e Santos Rosa.

As lutas de resistência, individuais ou coletivas é o centro motivador da existência desse povo, que desde o recente passado resume na sua história de vida de um grupo étnico que dentro da razão confronta-se com sujeitos de nível intelectual e econômico superior. Todas estas rivalidades causadas apenas por algo que por natureza deveria ser de todos coletivo ou de ninguém, estamos falando de um pedaço de terra, ou melhor, “da terra”.

1.2. Por que a Comunidade recebeu o nome Kalunga Engenho II?

⁵ O Sr. Sirilo que tem 59 anos é um deles.

Muitos já devem ter se perguntado, “porque será que esta comunidade se chama Kalunga Engenho II? É o que veremos agora, a partir das narrativas dos mais velhos da comunidade”.

Segundo o que afirmam os mais velhos, a comunidade Engenho II tem esse nome porque no passado se fazia muita cachaça e existiam mais de um engenho movido a boi para moer a cana, tirando o seu caldo para fazer cachaça, rapadura, açúcar e melado. Assim, o Sr. Elói esclarece que esse nome:

É porquê no Engenho tinha fazia muita pinga. Na Paciência, mas dentro do Engenho II mesmo, tinha um Engenho, por baixo daquele engenho que tem de moer cana tinha outro, na passagem dos povos, caminho que nós iaprá roça (...). Os plantios de cana, u canavial ficava dali da onde a gente vai passando do Tamanduá num tem aquele mato que desse de cabeça a baixo, fica dali prá baixo, ali naquela capoeira. Naquele mato de quando vai pro Segredo num tem aquele mato que é um capoeirão, ali que era o canavial, mas é na Paciência mesmo o canavial, dali fazia rapadura, fazia pinga fazia a açúcar (Sr. Elói 79 anos).

O primeiro e mais antigo Engenho de moer cana, de acordo o que o Sr. Elói explica, pertencia a Duruteu filho de ⁶Mateus Francisco Maia. No processo da fabricação do açúcar, seu Elói explica de forma sucinta e minuciosa alguns cuidados que deveriam ter principalmente para consumi-los.

Aaçúcar, moía da hora que tava pronta despejava nu cocho, a hora que a açúcar já tava no ponto, aí botava na giranda, a giranda eles fazia um arapução grande ai despejava, ai agora botava uma vazia embaixo para aparar mel, aí tratava o mel de giranda, e se comece ele muito dava dor de barriga, porque ele saia muito forte (Sr. Elói 79 anos).

Como praticamente todos moravam nas roças, poucas pessoas residiam no local onde situa a comunidade hoje, os que ali moravam passavam menor tempo em casa tendo sua residência oficial nas roças. “Nessa época quando dava nas águas⁷

⁶ É o mesmo homem, bisavô do Sr. Leopoldo Francisco Maia, já mencionado acima,

⁷ Período das chuvas.

metade dos povo ia tudo para as roças, quando era na seca⁸ todo mundo vinha pra casa, cá pra fora⁹, porque as roças tudo era nos boquerão¹⁰ de serra e até hoje ainda é nus buquerão de serra (Sr. Elói, 79 anos)”.

1.3. Benefício do Governo Federal e Estadual para a Comunidade

Com o reconhecimento da comunidade como parte do Território Kalunga, em pouco tempo as pessoas passaram a receber alguns benefícios do governo como: cestas básicas, bolsa família e bolsa escola, isso propiciou na fixação das pessoas da roça para a comunidade. É o que afirma:

Tem a cesta de alimento doada pelo MDS do MDS passa pela Palmares aí a Palmares envia... não a Palmares cobra do MDS aí o MDS passa o recurso para a CONAB aí a CONAB que envia para as comunidades quilombolas do Brasil. Aí esses recursos surgiram a partir do reconhecimento da comunidade como Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga, os cheques moradia também chegou depois da demarcação do Sítio Histórico, os cheque moradia e reforma vieram juntos, reforma com construção do governo do estado e do governo federal foi construção. (Sirilo 59 anos).

Antes da demarcação do território, existia apenas um tipo de recurso que beneficiava a comunidade, era a aposentadoria por idade que muitos recusam, estes acreditavam que estavam sendo comprados pelo governo para retornarem a escravidão, ou levados para o ¹¹frigorífico dos idosos. Preferiam a vida independente nas roças.

Como viviam cercados de muitas dificuldades buscavam cultivar o que melhor podiam lhes trazer renda, construía grandes canaviais para vender as mercadorias mais cobiçadas da comunidade, a cachaça e o açúcar, traços que desde a colonização portuguesa no Brasil já utilizavam o engenho braçal e o movido a boi para a preparação destes produtos.

⁸ Período de estiagem.

⁹ Comunidade

¹⁰ Entre serras, lugares de difícil acesso.

¹¹ Extermínio, eliminação da vida dos mais velhos.

1.4. Quilombo Calunga ou Quilombo Kalunga?

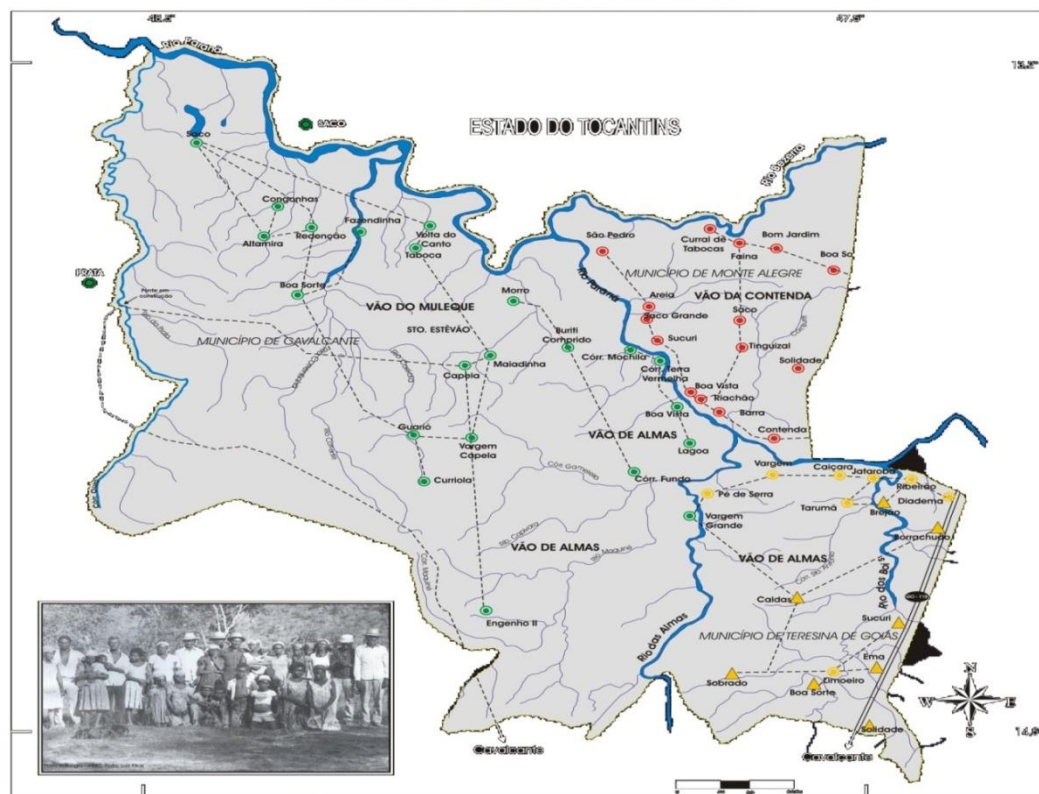


Figura 1. Mapa do Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga.
Fonte: ARAÚJO, Rafael Sânzio.

Uma das problemáticas que percebemos em relação ao nome dado as comunidades Kalunga, está no modo de escrever da mídia, dos pesquisadores e nas redes sociais, que buscam tomar conhecimento a respeito da história desse povo. É comum encontrar textos que a palavra Kalunga vem escrita com a letra C, como em revistas, livros e em alguns sites. Nos mesmos sistemas não é difícil deparar com reportagens sobre o mesmo em que a palavra vem escrita com a letra K.

Precisamos descobrir qual é o significado da palavra Kalunga e o nome correto atribuído às comunidades dos municípios de Cavalcante, Teresina e Monte Alegre de Goiás, se é Calunga (escrito com a inicial C) ou Kalunga (com a inicial K). Ao concluirmos a pesquisa compreenderemos sobre os seus significados, poderemos entender qual delas pode nortear de forma que mais se identifique ao que a comunidade usa.

Analisamos dados coletados em redes sociais, livros, revistas e do memorar das pessoas da comunidade. Somente após estas ações é que foi possível concluir qual forma é a mais correta para escrever a palavra Kalunga. Dominga, 24 anos afirma:

Para o meu modo de ver, é a palavra com K, para o território Kalunga com K, o C prá planta ou prô animal que diz que tem o animal com esse nome né. O animal é uma espécie do camundango né. Eu acho que tem uma diferença no caso porquê no termo kalunga com K, é prá é o nome do território mesmo, e com C, eu quando eu vejo com C, eu acredito que é alguém menosprezando nosso território, (...) tentando rebaixar porque se aproxima de um animal bem pequeno né. (Dominga Natália, 24 anos).

Observe neste endereço eletrônico, como aparece escrito o referente tema pesquisado neste item, num importante site enciclopédico. De acordo com a Wikipédia:

Calunga ou **Kalunga** é o nome atribuído a descendentes de escravos fugidos e libertos das minas de ouro do Brasil central que formaram comunidades auto-suficientes e viveram mais de duzentos anos isolados em regiões remotas, próximas à Chapada dos Veadeiros. São três comunidades, nos municípios de Cavalcante, Teresina de Goiás e Monte Alegre de Goiás¹².

Em outro endereço eletrônico aparecem os significados das duas palavras “calunga e kalunga”, e explica que as duas têm significados diferentes, dizendo também que o povo Kalunga utiliza palavra calunga para dar nome a uma planta do cerrado.

Assim, com K, Kalunga foi como passaram a ser chamados todos os moradores daquele território, depois que se descobriu, não muitos anos atrás, que eles tinham uma mesma história comum (...). Mas, escrito com c, calunga é uma palavra de muitos sentidos, que se incorporou à língua do povo brasileiro. Quer dizer coisa pequena e insignificante, como o ratinho camundongo que no Nordeste do Brasil se chama calunga ou então catita. E quer dizer também pessoa ilustre, importante. E também é o nome que se dá à boneca que sai nos cortejos dos reis negros dos Maracatus de Pernambuco. E ainda significa a morte, o inferno, o oceano, o senhor, conforme se diz nos livros. Mas, na terra do povo Kalunga, calunga é mesmo o nome de

¹²<http://pt.wikipedia.org/wiki/Calunga>. Acessado em 29/07/13.

uma plantinha (simaba ferruginea) e do lugar onde ela cresce, perto de um córrego que também tem esse mesmo nome¹³.

Nesta mesma fonte é descrito com mais abrangência o significado da palavra Kalunga aqui no Brasil, em que esse conceito para os povos de vários quilombos simboliza algo não muito agradável de acordo com seus costumes étnicos, suas atividades religiosas, algo que reflete tristeza. Entre uma série de sentidos e significados, no Brasil:

Kalunga é uma palavra comum entre muitos povos africanos e foi com eles que ela veio para o Brasil. Era normal por isso que os próprios africanos fossem chamados assim, calungas. Este era apenas um outro modo de dizer negros. E como os colonizadores portugueses consideravam todos os negros inferiores, é fácil entender por que a palavra calunga, nome que eles davam aos negros, passou a querer dizer também coisa pequena e insignificante, como o camundongo catita do Nordeste¹⁴.

No entanto, para alguns povos da África, como os congos ou angolas, o significado da palavra Kalunga é totalmente diferente. Ao contrário do que aparece no Brasil, Kalunga significa montanhas, grande rio, e na mesma linha, a separação e comunicação entre a vida e a morte:

Entre os povos chamados do Congo ou Angola, por exemplo, que foram dos primeiros a serem trazidos para o Brasil como escravos, kalunga era uma palavra ligada às suas crenças religiosas. Ela se referia ao mundo dos ancestrais. Eles acreditavam que as pessoas deviam prestar culto aos seus antepassados, porque era deles que vinha a sua força. Para eles, o mundo era representado como uma grande roda cortada ao meio e em cada metade havia uma grande montanha. Numa metade da roda, o pico da montanha ficava virado para cima. Mas na outra metade a montanha estava invertida, de cabeça para baixo. De um lado da roda, a montanha de cima representava o mundo dos vivos. De outro, a montanha de ponta cabeça representava o mundo dos mortos, terra dos ancestrais. As duas montanhas eram separadas por um grande rio que eles chamavam de kalunga. Por isso, para eles, kalunga era o nome desse lugar de passagem, por onde os homens podiam entrar em contato com a força de seus antepassados. Já se vê assim que, se os africanos associavam a

¹³(Disponível em: <http://educacaoquilombolaeadiversidade.blogspot.com.br/2010/03/mas-por-que-eles-se-chamam-kalunga.html>. Acessado em: 01/07/13).

¹⁴(Disponível em: <http://educacaoquilombolaeadiversidade.blogspot.com.br/2010/03/mas-por-que-eles-se-chamam-kalunga.html>. Acessado em: 01/07/13).

palavra kalunga à morte e ao mundo dos mortos, era de um jeito muito diferente do nosso.

Para nós, hoje em dia, o cemitério, morada dos mortos, é um lugar triste e assustador. Para eles, kalunga era o que tornava uma pessoa ilustre e importante, porque mostrava que ela tinha incorporado em sua vida a força de seus antepassados. Era assim que agiam os reis, que só governavam enquanto eram capazes de manter seu povo unido em torno dessa força comum dos antepassados de terem perdido sua liberdade¹⁵.

Na Comunidade Kalunga Engenho II, a palavra Kalunga escrita com a letra K dá nome a uma planta que é considerada como um santo remédio, a única que curava a ¹⁶Maleta (epidemia de febre quase incurável naquela época), era ela uma plantinha pequena fisicamente, mas de grande utilidade antes de surgir as pílulas de comprimidos que curava a mesma doença. Na comunidade Kalunga Engenho II, a palavra Calunga escrita com a letra C não existe e nem tem significado.

Então agora que já foi examinado o seu significado concluímos que a forma do nome mais relevante a nomear o Sítio e Patrimônio Cultural, o maior quilombo do Brasil, é a palavra Kalunga escrita com a letra K.

1.5. Localização da Comunidade Kalunga Engenho II

Localizada na região Centro Oeste do estado de Goiás, a 27 quilômetros da cidade de Cavalcante, a Comunidade Kalunga Engenho II é uma comunidade centenária conta com mais de 120 famílias, somando um total aproximadamente de 450 a 500 pessoas entre adultos e crianças. A vegetação predominante é o cerrado, os moradores que ali residem na maioria são descendentes de quilombolas. Por serem na maioria analfabetos, boa parte dos cidadãos acima dos trinta anos de idade são agricultores, isso porque raramente consegue um emprego dentro da comunidade, no máximo conseguem combinar diárias de serviços que na maioria das vezes não são pagas em dinheiro e sim por trocas de mão de obra.

¹⁵ (<http://educacaoquilombolaeadiversidade.blogspot.com.br/2010/03/mas-por-que-eles-se-chamam-kalunga.html>).

¹⁶ A mesma conhecida como Malária

O município de Cavalcante é extenso e geograficamente acidentado, um local cercado por serras, rios e cachoeiras. Da mesma forma é a comunidade, rica em nascentes de águas cristalinas com veredas e buritizais, símbolo característico de um local muito rico em água. Como o clima é de chapada, venta bastante e um dos fenômenos da natureza que nunca deixa de existir na comunidade é o vento e a poeira, devido ao terreno ser muito arenoso, o que facilita a rápida absorção da água nos lugares mais elevados.

Mas isso não significa que é uma região fraca de chuva, em certas épocas do ano, há uns dez anos atrás aproximadamente, eram poucos os lugares onde se podiam construir casas, devido à umidade da terra, que durava quase o ano todo. Esses lugares eram e são comumente conhecidos como brejos. Esses brejos ou atoleiros, como os mais velhos chamam, são encontrados nas áreas mais baixas e de campos limpos, cuja terra é de cor preta e lamacenta.

Os moradores levam uma vida dura e sofrida, pois dependem da agricultura de subsistência para sobrevivência. A maioria constrói suas roças, no mínimo sete quilômetros afastadas da sua comunidade, nos boqueirões de serra, lugares de terras férteis, terra vermelha, rico em fauna e flora: Como diz Sr. Elói, (79 anos): “tudo o que planta dá, tudo o que planta vem bom”.

Alguns já estão se conseguindo beneficiar de uma nova fonte de renda, “o turismo,” que aos poucos desde 1992 aproximadamente, vêm aparecendo na comunidade e possibilita o trabalho dos guias de turismo que conduzem os visitantes que vêm se aventurar nas histórias e belezas naturais da comunidade.

Este trabalho é um ponto bastante positivo para os moradores, porque além de beneficiá-los com a renda permite que os moradores vejam a importância dos recursos naturais e culturais que a comunidade tem a oferecer, propiciando que eles reflitam sobre o sentido de melhor preservação dos mesmos. Esta é uma das mais importantes fontes de renda local, principalmente para os mais novos pais de família.

Aos poucos a comunidade está se desenvolvendo em termos de sua organização para o turismo. Uma medida foi a criação da Associação de Guias do Quilombo Kalunga Engenho II (AGQKE), cujo objetivo gira em torno de um melhor acolhimento aos visitantes, segurança nas cachoeiras de forma que mantenha o índice

zero referente a acidentes envolvendo os visitantes nas cachoeiras, cuidar das trilhas e preservar os locais, e ter alguém presente para conduzir os visitantes, independentemente do dia da semana.

No ano de 2013 fortaleceu mais ainda os laços em termos de organização em atendimento ao turismo na comunidade, após a construção do Centro de Atendimento ao Turismo – CAT, projeto promovido pela Petrobrás, o Programa Kalunga Sustentável uma ação do Governo Federal. Os guias se reúnem no CAT e por sorteios começam suas tarefas na medida em que vão chegando os visitantes, que tem maior movimento em feriados prolongados e finais de semana.

Atualmente a comunidade conta com quatro associações que serão comentadas a frente nos depoimentos e narrativas coletadas.

As pessoas da Comunidade Kalunga Engenho II são pessoas bastante religiosas, sendo a religião católica a dominante até o momento. Como é uma comunidade pequena, a paz reina e pode ainda reinar ali por muito tempo. Para evitar qualquer desentendimento, ainda existem pessoas que servem de “conselheiros”, que colocam em prática o seu papel principalmente nas atividades religiosas. Sr. Sirilo dos Santos Rosa, por exemplo, assume um cargo maior em relação aos seus antepassados, pois além de conselheiro, é representante da comunidade e Presidente da Associação Mãe que envolve os três municípios: Cavalcante, Teresina e Monte Alegre.

1.6. A origem da comunidade e significado da palavra Quilombo no Brasil e na África.

Assim como as principais comunidades Kalunga do município de Cavalcante (Vão de Almas e Vão do Moleque), a comunidade Kalunga Engenho II está dentro do Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga, o maior Quilombo do Brasil com área de 253.191,72 km² aproximadamente, localizado na região centro-oeste do estado de Goiás em que faz divisa com o estado de Tocantins.

É possível imaginar que o surgimento dessa comunidade em termos de descendência étnica tem no passado ligação com o mais famoso de todos os quilombos da história, no sentido de formação e organização, o Quilombo dos Palmares, locali-

zado no estado de Alagoas. Seu principal líder foi Zumbi que é considerado pelos negros até hoje como um dos maiores heróis da história, em termos de luta, resistência e bravura, suas lutas ecoavam em defesa de um povo que não baixavam suas bandeiras, mesmo que custassem suas vidas. O Quilombo dos Palmeares foi fracassado, exterminado pelas forças do governo de Pernambuco após matar Zumbi no ano de 1695, que para os quilombolas da época, era considerado como um ser imortal.

Em 1695, com a vitória das forças do Governo da então província do estado de Pernambuco que a época abrangia parte do estado de Alagoas, Palmares sucumbiu-se e o seu líder Zumbi foi morto, tendo sua cabeça sido entregue a Caetano de Melo Castro, então governador do estado, que, mandou espetá-la num poste no centro de Recife para atemorizar os negros que tinham naquele líder um imortal. (SOARES; 1993, p. 58).

Faremos aqui um estudo cronológico para compreender primeiro qual o significado da palavra quilombo na África e no Brasil, como surgiu os quilombos e por fim buscar entender o surgimento da Comunidade Kalunga Engenho II.

De acordo com O'Dwyer (2000) a palavra quilombo vem da África Ocidental nos séculos XVI – XVII, período do tráfico negreiro, em que portugueses e espanhóis usavam os próprios negros para capturar outros negros, e estes eram despejados em várias prisões a céu aberto, para logo serem embarcados; a estes depósitos davam o nome de quilombos.

No Brasil, de acordo com o mesmo autor, a palavra quilombo assumiu outro significado.

Nas diversas nações e sociedades que se formaram no Novo Mundo, as comunidades formadas por negros escravos, em sua maioria fugidos do trabalho forçado e da ação das forças escravocratas, foram chamadas de quilombos no Brasil (O'Dwyer; 2000, p. 10).

O significado da palavra quilombo não se distancia do mesmo significado de Cafundó, palavra de origem africana que em banto significa: “distante” ou de “difícil acesso” (LAMAS, 2013 p. 23).

Neste mesmo sentido podemos imaginar que essas comunidades surgiram a partir da época da escravidão no Brasil. Para o rei de Portugal, em documento de 1740, quilombo era “toda a habitação de negros fugidos que passem de cinco, ainda que não tenham ranchos nem se achem pilões neles”. (O’Dwyer, 2000, p. 11).

O motivo da existência dos negros hoje no Brasil tem sua origem principal no tráfico negreiro da África para o Brasil, praticado pelos portugueses desde o século XVI até meados do século XIX. Com finalidade de explorar o ouro brasileiro, os colonizadores já não viam os índios como uma ferramenta confiante, assim foram atrás de mais mão de obra escrava, tendo como foco os negros africanos, que provavelmente teriam dificuldades em fugir na nova terra. Nestas cobiçadas atividades exploratórias os colonizadores ganhavam total apoio do rei de Portugal, que:

[...] concedeu monopólio aos traficantes portugueses e incentivou os plantadores de cana a comprar mais escravos africanos do que indígenas, dispensando os senhores de engenho de pagar parte dos impostos pela importação desses escravos. Já não era mais vantagem explorar os negros da terra quando se podia ir buscar os negros da África. E é aqui que começa a história dos antepassados do povo kalunga. (SOUZA; 2007, p. 17).

Agora que analisamos o significado de Quilombo na África e no Brasil, entendemos então que escravos fadigados de tantos castigos e trabalhos exigidos por seus senhores e feitores dos engenhos e senzalas, resolveram através de uma atitude perigosa, fugir para locais distantes e de difícil acesso, para se livrarem dos horrores da escravidão.

Mari Baiocchi conta-nos que de uma mina de ouro denominada Boa Vista, fugiram escravos, formando o quilombo que deu origem as comunidades kalunga. Essas informações foram obtidas de um descendente de quilombola, habitante da região. Daquela mina fugiram os cativos, aproveitando-se da facilidade que a topografia acidentada da região lhes propiciava. Esses escravos haviam sido trazidos por escravistas, com o fim de explorar ouro na região. (SOUSA, 1993. p. 89).

Alguns moradores mais velhos afirmam que a comunidade existe há mais de trezentos anos, como já foi dito pelo Sr. Leopoldo e citado acima. Mais uma vez fica complexa a interpretação sobre essas versões, escrita e tradução oral do memorar das pessoas sobre a origem da comunidade, entretanto percebemos que não se dis-

tanciam muito uma versão da outra. Está bem explícita na memória das pessoas, basta pesquisar minuciosamente na comunidade e as fontes ¹⁷físicas e orais vão aparecendo com facilidade. Relatos são recontados a partir do pai ou do avô, do bisavô ou até mesmo de parentes mais distantes.

As terríveis judiação, apanhando, homem barbado apanhando, que só que chegava a ponto de ficá in chagas, as costas, toda toda cortada de decipó pau, disse que era preciso de botar, por sumo de algodão com sal, mode para ir desinflamando aos poucos, cicatrizar, muitas e muitas vezes sabe, por causa de de vaca que eles mandou botar papa o home, esse escravo era marcado, era escravo libertado mas não tinha condições de tocarsua própria vida. Papai trabalhou junto com ele, Titia Maria também viu ele, trabalhou junto com ele, ele era escravo marcado no rosto, ele era escravo marcado, tinha marca, do dono dele, Chico Panelada, chamava Francisco mais chamava Chico Panelada, pois é meu filho, judiação que dá medo, medo, discriminação.(Getúlia, 54 anos).

Na mesma linha de raciocínio Jorge comenta em outras palavras sobre o que ele acha referente a existência da escravidão na comunidade:

É depois que eu comecei a ouvir algumas histórias, é comecei a entender com respeito aos vestígios eu acredito que a partir do momento que aconteceu a libertação os negros ficaram aqui, ficaram aqui, porque se os negros tivessem fugido a partir do momento da libertação eles estavam mais, estariam num lugar que não tinha vestígio nenhum de trabalho forçado né. (Jorge, 45 anos).

Mais uma vez através do memorar das pessoas entrevistadas, fica possivelmente explícito que houve escravidão dentro da Comunidade Kalunga Engenho II, não podemos afirmar, mas é o resultado de tudo o que foi coletado através da metodologia da história oral, e este resultado pode sem dúvida a nos levantar suspeitas nestas investigações.

Mas o que tem isso a ver com a formação, com a origem da comunidade Kalunga Engenho II? Fazendo uma análise entre as duas metodologias de pesquisa

¹⁷ Estradas calcadas de pedra, rodas de pedra, cercas de pedras e escavações em pedras..

(teórica e narrativa oral), podemos perceber que os resultados obtidos a partir das duas versões têm ligação uma com a outra, em quase tudo que se referem ao passado, suas origens e exploração do território no decorrer do tempo até o cotidiano da comunidade Kalunga Engenho II.

A única informação que diverge entre a coleta de dados tanto na escrita, quanto oral é o ponto de partida de onde os escravos vieram se internamente ou externamente entre os estados brasileiros. Se do próprio estado de Goiás como é citado acima pela Baiocchi, ou se formou após a libertação dos escravos, (como pensa Jorge 45 anos, da Comunidade Kalunga Engenho II, a partir de seus entendimentos), e os mesmos que possivelmente já eram ali explorados, ficaram livres e com direito as terras dos seus senhores, dando origem ao Quilombo Kalunga, e entre suas divisões comunitárias, a Comunidade Kalunga Engenho II.

1.7. Formas de Existência e Resistência

Para Soares (1993, p. 68), “a grilagem é um processo interminável de fraudes, ora caracterizando estelionato, ora caracterizando violência, extorsão, falsificação de documentos ou de divisas, inclusive alterações de certidões e de cadastros”. As grilagens das terras Kalungas, que não afetou somente a comunidade Engenho II, mas também todo o restante do Sítio Histórico, foi um fator que desencadeou o declínio da produção agrícola da maioria dos agricultores que dependem dessas terras griladas para o seu sustento. Esse processo vem acontecendo desde os anos setenta, oprimindo muitos lavradores, principalmente os que cultivavam nas terras mais férteis e com maior presença de água. Muitos deles foram ameaçados de morte caso não desocupasse a terra em um determinado tempo. Afirma:

Uai se nós num saísse que ele ia botar gado para comer a roça nossa todinha, é e como de fato o resto do arroz que tinha na estiva, as bufa comeu tudo (...) levou us gado e botou lá, ele Marc Bufo, escreveu prá vaqueiro dele dá rumo ne Jacinto, porquê Jacinto num queria saí...aí mas quem, logo acho que um que tava trabalhando lá feito pinhão deu fé da carta na cabeceira do vaqueiro dele e avisou prá Jacinto, se né isso... Jacinto foi obrigado pegar metade do gado vender e procurar, caçar outro lugar e comprou um pedacinho de terra só pra acabar com u gado dele se né isso Jacinto já tinha gado (Sr.Elói, 79 anos).

Todas as famílias da comunidade Kalunga Engenho II, dependem da agricultura de subsistência, pois são agricultores familiares. Mas nem todos usufruem da terra como os antepassados, porque os supostos donos os proíbem de plantar o que bem querem. Referente ao mesmo é o que afirma:

[...] O costume que eles deseja, que era de costume plantar, os costumes os bens de raízes, num são tudo que é aceitado plantar não, só planta o que pode plantar num ano e no outro ano colher, coisa que num dá raiz, que é prá não ter direito, sendo que as terra é nossa ê ainda proibi ainda quer proibi a gente não ter direito. (Sr. Sirilo, 59 anos).

Os Kalungas ainda vivem esta relação, onde um ser entende ser superior ao outro, esta convivência entre grileiros e agricultores é pior do que a relação de um servo e um senhor no período do feudalismo medieval na Europa, em que os servos com o passar do tempo ganhava do seu senhor um pedaço de terra que logo transformava se em um suserano. Diferente são os agricultores kalungas que além de perder parte de suas terras, ainda nelas continuam sendo explorados durante os seus cultivos, pois as terras de capoeiras que deveriam ser recuperadas estão virando pastagens, sendo que todos, especialmente os que vivem no e do campo, dependem da terra para o cultivo, elemento fundamental a sua sobrevivência.

Mas o pior de todas estas malfeitorias acontecidas está na desestruturação de lavradores como já foi citado e mencionado acima. O desalojar de um povo que séculos reside no mesmo local é semelhante ao que SOARES (1993) conta sobre a queima de barracos, junto aos seus bens materiais. Porque desestrutura, desestabiliza totalmente o sujeito que ali residia, seria o começar tudo de novo. Neste mesmo sentido descreve o mesmo autor:

A violência da queima de residência rural é muito grande. É maior do que a tomada da moradia do promotor ou do juiz, que moram na cidade. Aqui tomar-lhes a residência não lhes retira o habitat, nem a condição de trabalho, nem o emprego, nem as pessoas que o cercam. No campo é diferente. O desalojar de um camponês é retirar-lhe a condição de vida. É tomar-lhe o emprego, seu modus vivendi, sua habitação sua cultura e seus costumes. É arrancar-lhe todos os valores. E retirar-lhe também a honra. A dor do esbulho, neste caso também é muito grande e permanente. (SOARES, 1993 p. 226).

Estas várias situações opressoras sofridas não só pelos Kalungas, mas também por outras classes sociais, são relevadas pelos mesmos possivelmente desde o período da escravidão. É radicalmente uma herança dos seus senhores no passado, principalmente os quilombolas que foram educados pelo sistema somente para obedecer.

Sobre a exploração a várias classes sociais, o mesmo descreve Arroyo (2012):

Quijano (2009) defende que aqui se configurou um sistema de classificação racial-étnica da população do mundo (não apenas da periferia mecanizada); que esta classificação é expressão da colonialidade do poder/saber que se impôs a escala societal a partir da América colonizada. Sistema de colonização que o capitalismo torna mundial. Esse poder e o Sistema de classificação que o sustentam configuraram identidades sociais: índios, negros, brancos e mestiços (ARROYO;2012, p.152).

Possivelmente este seria o principal motivo da falta de consciência política especificamente a dos quilombolas, que além de ter sido vítima no passado de tantas torturas, ainda é vítima de seu isolamento e afastamento dos outros grupos sociais. Talvez por estes motivos os seus gritos não conseguem ecoar nas manifestações sociais por uma melhor valorização e reconhecimento de sua identidade étnica.

De acordo com SOARES (1993) a valorização das terras dos remanescentes de quilombos já vem sendo reconhecidas, mas de forma tardia e demorada, porque é uma ação que ainda não funcionou em muitas áreas quilombolas. As lutas pela conquista e reconhecimento das terras vêm acontecendo á anos pelos afros descendentes, mas poucas conquistas foram alcançadas. Segundo SILVA:

Convém ressaltar que essas conquistas são resultado da intensificação da luta empreendida no período de redemocratização do Brasil de segmentos organizados, como foi, e continua sendo, o caso do Movimento Negro e de lideranças das comunidades quilombolas. (BENNET, 2010, apud, SILVA, 2011. p. 28).

O governo tem aprovado decretos e investimentos para a agilização destes processos, as vezes teve disposição, boas posturas para encarar as manifestações

de frente, mas ainda não reconheceu ou ressarciu por completo esta dívida histórica. Recursos financeiros do Governo Federal têm sido liberados e triplicados, a mais de três anos atrás.

A verba destinada a demarcação e titulação de terras quilombolas, sob a responsabilidade do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), aumentou de R\$ 3,5 milhões, em 2003 para R\$ 10 milhões, em 2010. Houve também aumento significativo no aporte de verbas para a desapropriação e o pagamento da indenização a ocupantes não quilombolas que passou de R\$ 28 milhões, em 2003 para R\$ 54 milhões, em 2010 com respectivas de aumento significativo para os próximos anos". (BENNET, 2010, apud, SILVA, 2011. p. 28).

Segundo o que coloca SOARES (1993) bons sinais têm aparecido em direção ao reconhecimento da cultura, mas por outro lado existe a burocracia dos setores conservadores que aparece como obstáculo referente aos avanços legais alcançados.

Mas dentro desta cadeia existem ações desumanas, uma atitude desumana em termos de territorialidade e desterritorialidade, porque aparecem do narrar das pessoas da Comunidade Kalunga Engenho II, falas surpreendentes sobre as terras que foram vendidas ilegalmente e reconhecida pelo cartório como terras devolutas. Pessoas analfabetas sem nenhum conhecimento da ação que estava cometendo foram enganadas e forçadas a vender terras praticamente sem nenhuma remuneração possível.

Mais í é uns sempre falando de vender outros não deixando vender, invadiu comprou né que diz que comprou né. (mas será que pagou bem?) pagou nada homem isso aí eu sei que num pagou não que teve, teve fazenda aí que foi vendida até a troco de queijo e requeijão (Joaquim, 51 anos).

Estas terras ainda ocupadas não pertencem mais aos primeiros compradores (grileiro que compraram por baixo custo) e sim a outros que compraram posteriormente por um preço bem mais elevado, mas são grileiros da mesma forma porque ao renovar as cercas do seu território vão absorvendo parte do que não lhes pertence. Até pouco tempo atrás, a terra chegou a ser uma ferramenta de exploração dos agricultores, os proprietários usavam de forma estratégica as necessidades dos

agricultores kalungas, para a formação de pastagens para o gado. Esse fato pode ser observado no narrar de alguns trabalhadores:

Isso aí já aconteceu uma vez de jogar capim né, isso aí já foi jogado mesmo, dentro da roça mesmo, da roça minha, foi duas vezes... (nas roças de?) nas roças de milho e feijão, antes da colheita... (acontecido onde?) aí onde eu trabalho mesmo, nu Engenho. Isso aí já tem uns dez ano que joga u capim lá (Joaquim, 51 anos)

Sobre estas relações antagônicas no domínio com a terra, Sr. Sirilo afirma:

Já já aconteceu isso e muito. É aqui mesmo no Engenho, aqui mesmo nessas roças aqui dentro do Engenho aconteceu né, minha mesmo roça minha mesmo foi colocado roça gado dentro da roça de arroz, roça cercada de quatro fio de arame farpado estaqueado, colocou pinhão do Marco Búfala colocou gado dentro prá comer. É aqui no Engenho mesmo já aconteceu, Laurindo mandou jogar capim braquiário dentro das roças do pessoal, ainda raiei prá num jogar teimaram e jogaram, hoje tá aí debatendo com o capim, precisando de plantar u alimento e o capim tomou de conta. (Sr. Sirilo 59 anos).

Hoje estas terras que deixaram de ser meio de produção de forma agroecológica, não passam de uma fusão de pastos com capoeiras, terras que só servirão para o cultivo após algumas décadas futuramente. Provavelmente se a comunidade voltasse aos costumes de uns vinte anos atrás, que tudo o que consumia era da roça, não teriam como suprir as necessidades de todas as famílias, não teriam terras suficientes para o cultivo de tudo o que bem precisassem, porque as matas para o cultivo já estão virando pastagens, esta é a realidade.

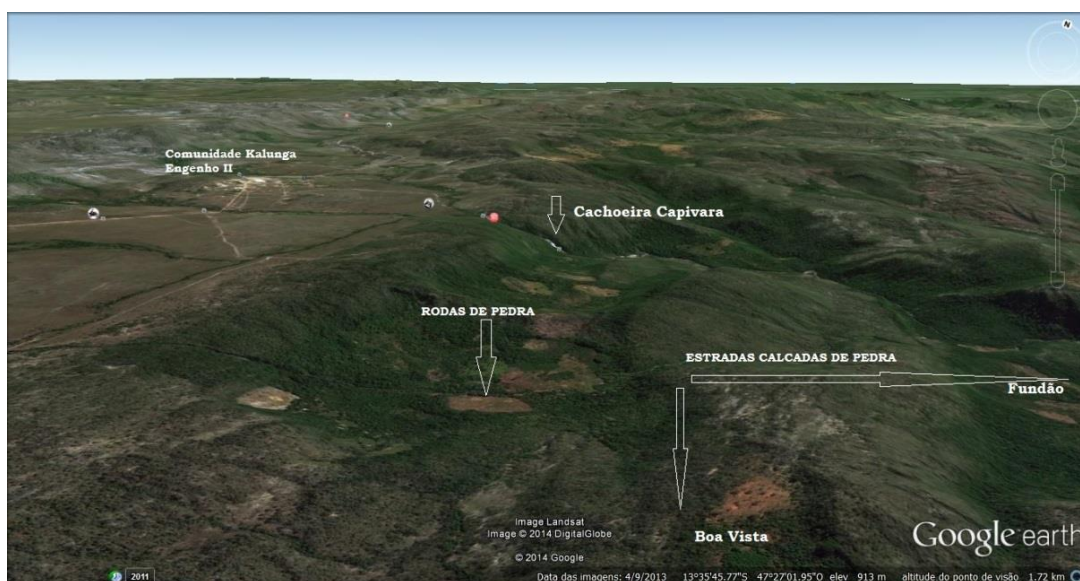
Então entendemos que, boa parte dos órgãos competentes que ocupam as cadeiras do parlamento, ao discutir os problemas nacionais, deixa claro que eles não conseguem dar valor aos valores culturais, que por enquanto apenas uma partícula do poder público consegue ver. Descobrimos também que é dever do Estado agir diante destas situações emergentes em prol de uma sociedade igualitária nacional. Para melhor entendermos: “diz textualmente o Artigo 68 do ADCT (Ato das Disposições Constitucionais Transitórias). ‘Aos remanescentes de comunidades dos qui-

lombolas que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos” (RIBEIRO, 2005, p. 14).

1.8. As várias interpretações

Já exploramos como surgiu o Quilombo Kalunga e também buscamos entender como originou a Comunidade Kalunga Engenho II, e descobrimos que cabe uma pesquisa mais profunda, paulatinamente estudada quando se constata que a comunidade, surgiu a partir de um esconderijo de escravos fugitivos. Mas como, se dentro da comunidade há registros físicos de trabalho escravo? Basta procurar que irá encontrar dentro do Sítio Histórico muitas fontes, vestígio de trabalho escravo que pode melhor ampliar estas indagações.

O mapa a seguir localiza os pontos das três principais fontes mais próximas da comunidade. Observe:



**Figura 2. Locais de fontes históricas, próxima à comunidade.
Fonte: Google Earth.**

Não podemos afirmar e nem negar se houve ou não tal exploração dentro da Comunidade Kalunga Engenho II, não nos cabe a julgar que um quilombola escravizava outro, mas é possível presumir a partir da oralidade e das próprias fontes, a seguir. Veremos:

1. As estradas calcadas de pedras que atravessam serras de um lado a outro, como a que se encontra a 8 km da comunidade, na Serra da Boa Vista, esta liga de um ponto (Engenho) a dois outros (Boa Vista e Fundão). Também são encontrados os mesmos registros físicos na Serra do Chambá que encontra com a Serra da Juliana, bem próxima da Fazenda Chocão a aproximadamente 20 km da comunidade.

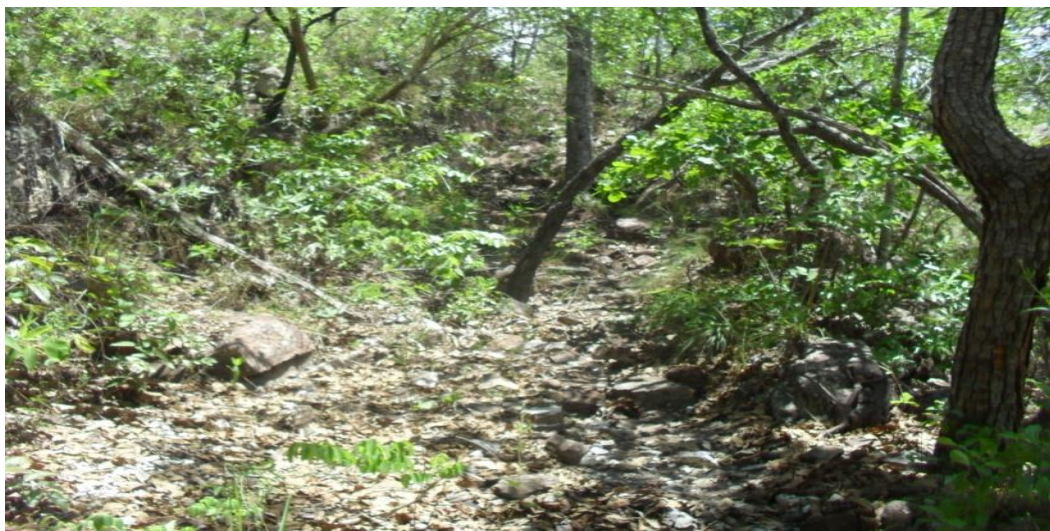


Figura 3. Estrada calcada de pedra - Serra da Boa Vista.
Fonte: Acervo do pesquisador.

2. No Engenho (lugar de roça, boqueirão de serra, 7 km da comunidade) duas rodas de pedra dura que, segundo os mais velhos era utilizada no período da escravidão para moer grãos. Esta se encontra há menos de um quilometro da estrada calcada que vai do Engenho a Boa Vista.



Figura 4. Roda de pedra encontrada - Engenho.
Fonte: acervo do pesquisador.

- Um enorme pilão de pedra também chama a atenção na Fazenda Chocão, é como se fosse uma pequena piscina, mas não está perto de nenhum rio, encontra-se a poucas dezenas de metros das cercas de pedras (figura 2), de acordo com os povos mais velhos, este pilão ou poço era utilizado para curtir couro para fazer sola¹⁸.



Figura 5. Poço (ou pilão) cavado na pedra - Fazenda Chocão.
Fonte: Acervo do pesquisador.

- As cercas de pedras que ainda existem perfeitamente na fazenda Bom Jesus (14 km) e também na fazenda Chocão a 20 quilômetros aproximadamente da comunidade. Na Fazenda Chocão é um dos locais que as fontes continuam mais preservadas, as cercas de pedras estão aparentemente intactas.

Uma analogia que de fato chama atenção, por existir duas fontes diferentes (cercas de pedras e o pilão ou poço de pedra encontradas na Fazenda Chocão) percebe-se que não há nenhuma estrada que aparenta ser aberta por escravos, como as encontradas na Serra da Boa Vista¹⁹ e na Serra do Fundão, mas por outro lado não se encontra no Engenho, na Serra da Boa Vista e nem na Serra do Fundão, cercas de pedras e muito menos pilão ou poço de pedra, como é encontrada na Fa-

¹⁸ Trabalho realizado com o couro de vaca em que ele passa por um processo de fermentação para ficar mais macio e resistente.

¹⁹ Serra da Boa Vista e Serra do Fundão se encontram em direções opostas a Fazenda Chocão, com uma distância de 20 quilômetros aproximadamente.

zenda Chocão, que ambos os lugares, a vegetação é rupestre e maior parte do solo é lítio.



**Figura 6. Cerca de pedra - Fazenda Chocão.
Fonte: Acervo do pesquisador.**

Todas as narrativas coletadas nos trabalhos de campo, referente aos registros físicos, encontrados dentro do território, sempre chegam a mesma conclusão Foi pesquisado o porquê e a finalidade, utilidade de cada fonte. Todos os entrevistados informaram que todos estes registros foram realizados e utilizados no período da escravidão, diz:

Pilão de pedra é pelo que disseram era para curtir couro, fazer sola né, é fazer sola de couro do gado né. A roda de pedra disse que era um moinho de pedra prá movido a água né, prá moer as produção né, milho, trigo disse que na época existia trigo né. (Sr. Sirilo 59 anos).

É difícil chegar a um consenso, pois se de um lado os estudiosos BAIOCCHI,(1999),O'DWEYER, (2000) e SOARES, (1993) chegam a uma conclusão de que os quilombos surgiram de esconderijos de escravos, e por outro, as fontes históricas locais parecem fazer indagações que leva o pesquisador a outra conclusão. Repete-se a mesma pergunta. Como entender que os quilombos surgiram a partir dos esconderijos dos escravos, se dentro do quilombo são encontradas fontes, registros

físicos, trabalhos realizados provavelmente pelos escravos²⁰? A esta indagação responde:

Eu acredito que teve escravidão aqui na comunidade devido as marcas que tem ainda hoje na comunidade como o pilão de pedra, a estrada de pedra, como a senhora mais velha da comunidade relatava que conheceu uma senhora também que tinha marca no rosto, ela tinha o sinal da marca no rosto. (...) e pessoas mais velhas tinha conta que... era donos de escravos, (...) então eu concluo que houve a escravidão. (Dominga Natália, 24 anos).

Não podemos dizer ainda qual hipótese é a verdadeira, mas de uma coisa pode-se ter certeza, se as fontes se encontram ali, elas nos remetem a novas indagações, questionamentos, por fim possivelmente a novas conclusões. E o que podemos concluir até o presente momento é que estes registros históricos encontrados na própria natureza local, nos leva a presumir que, “houve sim escravidão dentro do Sítio Histórico Kalunga”, refere se aqui a Comunidade Kalunga Engenho II.

E nesta mesma perspectiva é o que narra Dona Getúlia sobre as duas vertentes:

Houve, houve as duas partes, porque por exemplo, eu tenho conhecimento né como os conhecimentos de meu pai e de outras pessoas mais velhas que aqui vivia, vivia pessoas boas de condições que tinha escravos e compravam escravos, é sempre que escravo era vendido né porque o senhor tinha escravo que ele num comprava mais, ele comprava mais, era quem gado né, pessoa tem gado mais ele compra mais, cavalo ele tem mais ele compra mais. Então com os escravos também, porque assim de vez, de tempo em tempo vinha gente tocando escravos prá vendê, vinha a notícia vinha na frente carta né, prá aquelas pessoas que podia comprava a quantidade que ele tinha condição de comprar, e as pessoas que tinha menos condição comprava menos no caso comprava dois né, e outros que dava conta comprava um, então eles tocava serviço aqui era movimentão, movimento grande né porque tem os sinal aí, os registros as fontes, as estradas que chamavam de companhia os senhores tocava a companhia de estrada povão trabalhando fazendo estrada e calçada, pedra pegar pedra, rancar pedra, botar para fazer a estrada de passar carro de boi né, que era o carro que tinha, o carro puxado a boi (Getúlia,55 anos).

²⁰As conclusões dos sujeitos locais refletindo sobre o passado, acredita-se que sua memória é fonte verdadeira.

Nesta entrevista realizada com Dona Getúlia, que se encontrava neste dia, sentada ao lado do seu esposo, Sr. Sirilo dos Santos Rosa, possivelmente deixa minuciosamente através da sua memória contada e recontada pelos seus antepassados, talvez um dos marcos mais importante nesta pesquisa. Obviamente chega aí a resposta através da metodologia da história oral, e por fim chegando a uma conclusão. “Houve as duas partes”, escravidão e esconderijo, ou seja, as duas formas, as duas vertentes são cabíveis e conseqüentemente aconteceram dentro do Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga com área de 253.191,72 km² o maior quilombo do Brasil.

Pode-se relacionar a outro momento nesta pesquisa, em que Dona Getúlia fala sobre o Chico Panelada, um escravo que era marcado no rosto, e tinha seu dono, era ele uma propriedade de alguém. Isso possivelmente justifica que houve a exploração de escravos dentro da comunidade. Mas também pode ser compreendido que lá como uma comunidade que antes de abrir as estradas de rodagens (estradas para passar carros) era de difícil acesso, devido a geografia do terreno que é muito acidentada, então podemos perceber que estas características estão totalmente dentro dos parâmetros do significado do que é quilombo no Brasil.

E como já mencionamos acima, sobre as fontes históricas, que as terras de culturas mais próximas da comunidade são os pontos de referência das fontes e registros físicos de um trabalho forçado. Podemos pensar que de alguma forma os senhores de melhores condições financeiras daquela época, como diz²¹ Dona Getúlia, também o Jorge anteriormente, alguém descobriu este possível acampamento hoje conhecido de Comunidade Kalunga Engenho II, e começou a explorar as terras de melhor produção valendo-se da mão de obra dos quilombolas, talvez recentemente acampados (negros) fugidos.

Podemos relacionar com a descrição de Moura citado por Soares, sobre o conceito de quilombo que:

O quilombo foi, incontestavelmente, a unidade básica de resistência do escravo. Pequeno ou grande, estável ou de vida precária, em qualquer região

²¹ Compravam escravos em maior número, (encontra na citação anterior).

que existia a escravidão, lá se encontrava ele como elemento de desgaste do regime servil (MOURA, Apud, SOARES, 1993, p. 56-57).

Fica explícita essa citação do Clóvis Moura, principalmente no que se refere, “em qualquer região que existia a escravidão, lá se encontrava ele como elemento de desgaste do regime servil”, ele comenta que onde existia escravidão, lá se encontra ele (quilombo) como elemento.

Algumas fontes (estradas calcadas de pedra) através de suas marcas visíveis nos remetem a crer que foi um trabalho árduo e fatigante. Seria difícil de acreditar que os escravos fugidos, traçariam através de suas próprias iniciativas, rotas em forma de canais traçando boqueirões de serra de um lado a outro. Então é possível se entenderde acordo com o mesmo autor citado acima, que na comunidade principalmente dentro dos boqueirões de serras, onde são encontradas as terras de cultivo, as fontes como registros físicos de trabalho escravo, por fim a conclusão da existência da exploração da mão de obra escrava dentro da comunidade Kalunga Engenho II no passado.

1.9. Saberes tradicionais da comunidade ameaçados de extinção

Há um bom tempo atrás, antes de dominarem seus conhecimentos com a agricultura os poucos moradores existentes dentro da comunidade não sabiam como plantar alguns cereais como o arroz, o feijão e nem o milho. Por falta de ferramentas apropriadas para esse tipo de trabalho, a maior parte de seus esforços era em vão, mas com o passar dos anos foram aos poucos se adequando.

Semelhante aos costumes ou conhecimentos indígenas, o que podemos chamar de império dos costumes²², ou costume adquirido com o passar do tempo devido às necessidades exigidas pela própria natureza, as antigas pessoas da comunidade foram aos poucos aperfeiçoando o seu entendimento sobre a natureza,

²² Saberes adquiridos da natureza e por natureza devido as precariedades da comunidade possivelmente causadas pelo isolamento social da época.

principalmente quando se trata das técnicas de plantio. Para isso, mesmo sendo analfabetos, criaram um calendário para plantios que culmine com as colheitas.

Estas pessoas de grandes experiências dependem totalmente de seu conhecimento sobre a natureza para realizar suas atividades na agricultura, como calendário lunar, época do ano para melhor plantio e colheita. Eles são os mestres do conhecimento na agricultura, porque ligam seu conhecimento com a natureza. Na maioria das vezes eles conseguem acertar, prever a melhor fase de lua e época (dia do mês) para realizar os plantios e terem uma colheita mais farta.

Na comunidade é cultivado o arroz, o feijão, o milho, a mandioca, a banana, o inhame, a batata doce, a abóbora e às vezes fava e feijão de corda, onde cada um tem sua época certa de plantio e colheita, geralmente baseada nas fases da lua, ambos na lua crescente (a força da cheia traz renda) e nunca na minguante, pois segundo Sr. Elói (79 anos) a produção não rende.

Segue abaixo a época de plantio e colheita de cada mantimento²³ de acordo com seu Elói.

Feijão: plantar a partir do dia 15 de fevereiro até aproximadamente 20 de março, e colheita no final de maio a início de junho, se pegar o sereno de São João fica encruado (difícil para cozinhar).



**Figura 7. Roça de feijão - Boa Vista.
Fonte: acervo do pesquisador.**

²³ Refere-se ao cereal a ser plantado.

Milho: plantar de 15 a 30 de outubro e colheita no início de setembro até 1º outubro, se colher antes de tomar as primeiras chuvas costuma carunchar ou pegar borboleta.



Figura 8. Roça de Milho – Engenho
Fonte: Acervo do pesquisador

Arroz: plantar no início do mês de novembro até mais ou menos 15 de dezembro e colheita no início de abril até o final de maio, de acordo com a época de plantio e qualidade do solo.



Figura 9. Roça de Arroz – Engenho.
Fonte: Acervo do pesquisador.

Mandioca: plantar nos meses de outubro, novembro e janeiro, não pode fumar durante a plantação, pois a mandioca pode amargar. Antes de um ano pode arrancar e consumir de acordo com a qualidade do solo e da mandioca. Na terra preta qualquer qualidade produz mais rápido do que em terra vermelha.



Figura 10. Roça de Mandioca – Engenho. Fonte: Acervo do pesquisador.

Abobora: plantar no mesmo período do milho e não tem tempo determinado para a colheita. Caso a figa (abobora pequena antes de cair à flor) não vingar, podar o broto e puxar o pé, logo começa a vingar.

Inhame: Plantar no verão para quando chegar o inverno brotar e, a colheita acontece a partir de dois anos isso dependendo da terra. Plantar de preferência, próximo aos formigueiros, assim ele produz mais rápido e rende mais.

Batata doce: plantar em outubro, novembro e a colheita é mais ou menos no mês de março, não pode passar do mês de junho, pois ela pode brocar (dar bicho).

Banana: plantar do mês de novembro a dezembro e não tem tempo determinado para a colheita. Geralmente, em boqueirões de serras (lugares cercado de serras) produz mais rápido e dá fartura, chega até desperdiçar por falta de transporte para a comercialização.



Figura 11. Roça de banana - Boa Vista.

Fonte: Acervo do pesquisador.

Esses costumes são repassados de pai para filho, mas por outro lado estão se perdendo devido a dois fatores: um vem como ponto positivo e o outro como ponto negativo. O primeiro decorre da dedicação aos estudos, pois os filhos buscam um conhecimento mais formal para melhor se adaptar às exigências da vida, para ter um futuro melhor, e acabam deixando de lado o conhecimento adquirido por seus pais, porque os professores não dominam tal conhecimento, mesmo que seja ensinado e exigido na matriz curricular da escola. E sobre o primeiro ponto Jorge da comunidade Kalunga Engenho II, comenta:

Olha isso tem uma historia meia longa prá gente poder responder isso porque assim, existe umas leis hoje, é é assim eu respeito o plantio e os jovens né, porque existe uma lei que obriga os pais coloca os filhos na escola né, então nós não temos coma ensinar os nossos filhos no dia a dia, essas essas ciências antigas né, porque o meio de semana as crianças estão na escola, o pai tá na roça né, então no final de semana o pai tá vindo prá casa né ele, ele vem descansar né, (...) então hoje em dia os filhos não tão assistindo, os plantios, é até prá eles aprender assim as épocas de lua né, qual as lua que deve plantar, quais os meses que deve plantar, porque eles estão na escola e as vezes tem muita falha dos pais, dos pais sentar e explica né, e quando o menino, e quando a criança, o jovem ele tem o interesse próprio de de aprender essas ciências é centenárias, então ele aproxima do pai e começa a perguntar né, muitas das vezes, quando uma outra coisa que toma o espaço muito dos jovens e do das crianças hoje, é o esporte né, muitas das vezes o pai chega da roça cinco horas, é é a hora dele sentar com o filho prá conta o quê que ele plantou, e o filho tá no campo jogando bola, né. Então isso porque? Porque existe uma lei né, que protege a criança, tem uma lei que protege o adolescente, tem outra lei que protege o idoso né, assim como tem uma lei também que protege a mulher né, então es-

tas coisas é que tão dificultando os jovens hoje tá aprendendo estas ciências né (Jorge, 45 anos).

O segundo ponto, que pode ser entendido como negativo, surge após a chegada da energia elétrica dentro da comunidade, pois sujeitos de menor ocupação possível levam a vida assistindo televisão ou competindo em jogos indevidos²⁴, principalmente para adolescentes de maior e até de menor de idade.

Mas por outro lado, beneficiam e supre a necessidade das pessoas que bem sabe como usá-las. Referimos aqui, aos que da energia elétrica consegue tirar parte do seu sustento, falamos dos limpadores de arroz de casca, dos que trituram grãos, dos que fazem e vendem geladinhos a cremosinhos. Também dos usos coletivos em casa, lembramos do uso da geladeira que conservam os alimentos, da luz que ilumina durante as primeiras horas da noite, do chuveiro quente e da televisão que em parte, nos mantém informado do que acontece no mundo, etc.

Diante de um mundo repleto de necessidades e prejuízos, foram aos poucos se adaptando com novas técnicas de plantio, adquiridas a partir de seus próprios esforços. Com o espaço maior entre o “coveamento²⁵” e a redução na quantia do cereal (o arroz, o feijão e o milho) distribuído nas covas, descobriram que dessa forma economizava-se na quantidade do produto a ser distribuído nas covas que propiciava renda na produção. Naquela época, os alimentos mais plantados não exigiam tanto do agricultor o reconhecimento do solo. Então também não sabiam direito qual solo era mais propício a tal produto.

Hoje, essas pessoas ricas nestes conhecimentos conseguem acertar qual a melhor terra para o cultivo, o espaçamento e a quantia adequada a cada produto a ser distribuído nas covas. Mas será que eles adquiriram esse conhecimento após conhecer e utilizar a plantadeira (invenção do mercado, ferramenta mais moderna utilizada para plantar sementes em pequenas quantidades)? A resposta é não, eles adquiriram estes conhecimentos sozinhos, às próprias custas, porque antes de conhecer e utilizar esta ferramenta eles já tinham dominado o manejo na agricultura com a enxada para capinar e covejar, a foice para fazer a roçada, o machado para

²⁴ Sinuca e Vídeo Games

²⁵ Termo local que significa covejar, cavar com a enxada.

fazer a derrubada e o enxadão para estocar, cavar e arrancar alimentos de raízes. Ferramentas que não causam tantos danos ao meio ambiente.

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Agrário:

As comunidades Quilombolas são um exemplo prático da articulação entre bem-estar humano e bem-estar das matas, das florestas, das águas. No Brasil, os locais onde há séculos vivem essas comunidades são os locais onde a natureza está em harmonia. (MDA, 2012, pág. 20).

O próprio agricultor faz o seu controle na derrubada de uma mata ou capoeira (mato que já foi utilizado para fazer roça), para que não venha a faltar onde fazer a roça novamente no futuro. Costuma plantar em um local por um período de sete anos, dependendo da fertilidade do solo, o que significa que este mesmo local com sete anos de descanso já está pronto para ser utilizado novamente. Nos capoeiros²⁶ que se localizam mais longe da comunidade, longe das terras controladas por fazendeiros, a terra chega a ficar até quatorze anos ou mais, descansando, porque há outras opções de escolha para a construção e duração do cultivo em suas roças.

Estas atividades nem sempre deixam de prejudicar a saúde do homem, pois, entre o mínimo e o máximo dos esforços físicos, levam boa parte destes trabalhadores sempre a sofrer mal de coluna. Mesmo que exercite a maioria dos músculos do corpo, o serviço repetitivo e forçado não deixa de danificar a saúde, mas tem por outro lado uma grande vantagem, os agricultores são autônomos, as sementes de plantios são crioulas e todos os alimentos produzidos e consumidos são saudáveis e de boa qualidade.

O motivo de ser uma comunidade de difícil acesso até recentemente isolada, geograficamente acidentada e de ter um solo arenoso abraça um ponto positivo nesta história: o fato da terra não ser propícia a trabalhar com o arado tem ajudado e ajudará na preservação do meio ambiente, o que contribui no fortalecimento do turismo na comunidade; ao mesmo tempo, garante que o homem ainda esteja distanciado dos alimentos contaminados por agrotóxicos, adubos químicos e sementes

²⁶Nos saberes local refere-se ao lugar que já foi roça e está em recuperação para no futuro ser transformadas em roças novamente.

transgênicas principalmente aqueles que não têm salário e os que não esperam e nem dependem das cestas básicas do governo, como a Bolsa Família.

Então nesta mesma concepção, podemos concluir que os quilombolas a partir de suas necessidades, conhecimentos e valores implantados sobre a natureza, vivem em harmonia com o seu território, e que, no decorrer dos longos anos de história, são gratificados com a pureza e qualidade dos produtos adquiridos a partir do manejo e cultivo da terra, que sua arte faz nascer.

1.10. As parteiras eram as médicas

Outro saber muito importante que está se perdendo, ou já está perdido, é o serviço das parteiras, que hoje não exercem mais o seu papel. Com o surgimento e acesso aos meios de comunicação e cidade, todas as mulheres que possuam um filho em seu ventre, após dar a luz, devem, nos costumes dos mais velhos, chamar o médico de (Pai) Padrinho e as enfermeiras de (Mãe) Madrinhas, porque agora são eles que realizam os trabalhos de partos.

As parteiras eram as rainhas na medicina da comunidade, e atualmente ainda ensinam remédios para as mulheres de resguardo²⁷. Uma doença que muitas vezes perturbava os pais e parteiras era o mal de sete dias, uma infecção umbilical que na época era desconhecida pelas parteiras. Elas acreditavam que era uma grande borboleta que chupava o umbigo do recém-nascido, a este inseto as parteiras chamavam de “Bruxa”. Talvez este possa ter sido o único modo de que, sem conhecimento, elas tenham pecado porque em casos como esses alguns recém-nascidos foram a óbito, mas por outro lado salvaram muitas vidas de mães e filhos.

O amplo conhecimento sobre as ervas medicinais, socorria não apenas as mulheres na hora do parto, mas curavam também outros males, independentemente do sexo, como dor de cabeça, má digestão, dor de dente, reumatismo, gripe, ferimento, enjôo, dor de ouvido, dor de estômago, constipação, dor de garganta, dor nos rins, problemas de coluna e outras enfermidades que até hoje atingem as pes-

²⁷ Repouso com mais de quinze dias, das mulheres que dão a luz na zona rural e com a ajuda das parteiras.

soas da comunidade. É o que afirma Leutéria Santos Rosa, 59 anos, lavradora, ajudante de parteira na Comunidade Kalunga Engenho II.

O velame branco, a raiz calunga, raiz de teiú é depurativo do sangue, o carrapicho, barbatimão, arnica do campo, é bom para merma, folha de laranja, capim de cheiro é bom para febre, sucupira, imburana, é bom para gripe, pacari, cabelo de negro é cicatrizante, manjerição, quina e menstraço (fervido) pós – parto, ajuda a limpa a mulher (MAIA 2012, in LEdoC/FUP).

Para a cura destes males eram usados: sumos, chás de raízes, garrafadas de garapa (caldo de cana) com raízes e cascas de plantas, até a urina da própria pessoa, dependendo da doença e estado, era remédio naquela época.

Quando uma pessoa adoecia se tratava por aqui mesmo, o Carrapicho: má digestão e infecções; Chá de Manjerição, pó de casca de ovo torrado: abai-xar a febre; Passar fumo e álcool no corpo, tomar um comprimido AESS: cortar febre durativa; Chá de Poaia roxa: baixar febre; Sumo de Solidona: doença nos olhos; Chá de Erva de bicho: hemorróida; Banho vapor de Ne-gramina, em seguida beber: dores musculares; Garrafada de Velame Bran-co com rapadura: depurativo do sangue; Carrapicho, Manjerição, Quina e Menstraço (fervido): pós - parto; Sumo de Gervão: Fígado; Chá de coentro e alcanfor: má digestão Chá de cravo: serve para perceber se está perto ou longe de dar a luz; Escalda pé de água morna e sal: perceber se é dor de parto ou resfriado (Daniela,81 anos).

A substituição das parteiras pelo médico não foi uma troca ruim, porque são tantos os males que aparecem que nem as pesquisas científicas estão dando conta de resolver, mas minimizam com mais precisão tais consequências na vida do ser humano mesmo sem ser moderno. Mas também não devem deixar de serem reco-nhecidos os seus supremos conhecimentos que como os agricultores mesmo anal-fabetos dominam muito bem tal saber, por isso o que pode ser afirmado é que o co-nhecimento das pessoas com as ervas medicinais devem ser preservados.

1.11. Festas, Tradições e Datas Comemorativas

Esses descendentes de quilombolas têm uma cultura muito rica e exuberante. Seus costumes tradicionais continuam sendo em boa parte preservados e valorizados, principalmente pelas pessoas mais velhas da comunidade.

As festas religiosas iniciadas a partir das folias, as danças como a sussa, o sapateado, como a catira, as batucadas, também conhecidas como curradeiras, fluem com eficiência, principalmente nas datas comemorativas na comunidade.

Os foliões se reúnem na noite do dia primeiro de janeiro para ensaiar a folia de Santos Reis (narrada na Bíblia Sagrada como a história dos três Reis Magos), girando a noite e descansando durante o dia. O lugar onde amanhecem o dia é chamado de “pouso de Santos Reis”, ou seja, “Santos Reis pousou naquela casa”. E esse passeio que é conhecido como “giro” segue até o dia seis de janeiro; o último dia do giro do ano é chamado de “Arremato da Folia”, que é o local onde reuniu e deu início a saída da folia.

Esta atividade religiosa surgiu através das necessidades e união de dois irmãos (Elói Francisco Maia e Jacinto Paulino da Silva) residentes na comunidade desde seus antecedentes. Comenta:

A folia de Santos Reis a primeira vez que foi soltada aqui foi menino que soltou brincando, é depois foi só parece que só um ano só que eles soltaram e aí quietou aí passado tempo, nós já tinha plantado um arroz eu mas Jacinto, nós plantou o arroz no começo de novembro, até 10 de dezembro o arroz nunca tinha nascido, sem chover, os milho tava morrendo, aí nos pegou com Santo Reis, se ajudasse dá a chuva pamode ganhar o arroz, que nós soltava a folia lá dentro da roça. E aí nos pegou num dia, no outro dia cedo eu mais compadre Satú teve que ir no Maquiné, aí já chegamos no Maquiné debaixo de chuva, choveu, choveu aí agora a chuva não falhou mais não, choveu, chovendo direto. Aí o arroz nasceu mas quando foi na grana do arroz, o arroz brocou, mas eu arranjei ainda três quartas de arroz, essas três quartas de arroz eu guardei, Jacinto também, Jacinto arranjou quatro, aí guardou o dele também, aí no tempo juntou os dois soltou a folia. Saiu lá no Cercado, e aí ficou todo ano eu mais ele soltava, os dois, aí depois mudou que um ano um soltava o outro ano o outro soltava, soltava e arrematava, aí ficou pra mim sozinho soltar e arrematar, que até hoje é eu que tô soltando. Isso já tem mais ou menos uns... já tem bem uns quarenta ano já, que nós solta essa folia. Já teve ano que nós ia pá mode, ...o solão estarandava, nós cadê tava sem poder soltar que não tinha com que, o povo mexia, mexia prámode poder solta e solta como aí o povo deu pra ajudá, um dava um tiquinho de uma coisa outro dava de outra, da hora que falava que ia solta a folia aí agora a chuva descia. E até hoje pode tá a carma de sol que tive, pegou com Santo Reis prámode chover é logo as planta vai molhada. (...) é só que mudou um pouco que hoje num tá soltando mais nas roças porque as roças dimudou porque é uma num ponto outra ne outro, uma num ponto outra ne outro as roças não tá mais como era (...) que nessa época as roça tudo era pertinho e era reunida as roças, hoje já não é mais assim, as terras tá tudo tomada. (Sr. Elói, 79 anos).

Esta folia como diz os mais velhos, surgiu a partir de promessas (em 1970 aproximadamente) feitas a pedido de que a chuva voltasse a chover, porque as pessoas já não sabiam o que fazer para sair da crise na produção e o longo período de seca, que parecia não ter mais fim. Diante disso, os devotos que são as pessoas que afirmam e agradecem pelas graças alcançadas, fizeram esta promessa ao santo (“mande chuva para as roças ganharem”), e o seu dia é comemorado até hoje no dia seis de janeiro, um período geralmente chuvoso na região.

Semelhante a este evento religioso, acontece outro no mês de julho, a folia de Santo Antônio, que se reúne no dia 08 de julho e se estende até o dia 13 do mesmo mês. Mas há uma grande diferença entre as duas atividades religiosas, porque, enquanto a Folia de Santos Reis gira à noite, a Folia de Santo Antônio gira durante o dia e pousa à noite.

Alguns acreditam que Santo Antônio é o santo protetor dos vaqueiros, outros, creem que ele é um Santo Casamenteiro, mas o surgimento deste evento, “de acordo que afirmam os mais velhos”, veio a acontecer também a partir de mais uma promessa e uma graça recebida.

Segundo o Sr. Elói:

A Folia de Santo Antônio, sempre, eu via fala que foi promessa que a finada Lotera fez pra Maria que era mulher de Chinim..., aí ela ainda morava ainda mais o finado Izido a Lotera e a Maria também que ainda era menina, foi Lotera que criou a Maria. Aí fez a promessa acho que adoeceu aí fez a promessa..., aí ela melhorou e aí sempre a velha Lotera todo ano soltava a Folia de Santo Antônio, aí o Finado Izido morreu, ficou a velha Lotera aí a Maria juntou mais o velho Chinim, passou para o velho Chinim mais ela Maria fazer a festa todo ano, aí ele mudou para o Vão de Alma para uma fazenda do velho Joaquinzinho, aí ficou uns tempo sem fazer a festa e aí deu pra ficar sem saúde, só adoecendo, adoecendo que ele teve quase morto, aí ele melhorou, veio pra cá pro Engenho, tornou da prá solta a folia soltava e rematava, ele Chinim, ele tava mais a Maria, aí a Maria morreu aí ele parou, aí pra não parar de tudo os outros tomou de conta, aí um ano um solta outro ano outro solta a folia é assim mas tudo a comunidade ajudando. (Sr. Elói79 anos).

Nessa viagem pelo tempo há um período de transição, antes do Sr. Chinim recomeçar a soltar a folia, período que ele muda para a comunidade Vão de Almas. É o que explica:

(...). Então quando Tio Chinim foi prá lá que parou cá, aí Tereza de Mãe Missia mais comadre Josa falou pra os meninos ir soltando folia brincando de folia de brinquedo (...) era ela que era professora, dava aula do outro lado da capivara, foi (foram elas que fizeram o resgate dessa atividade?) falou para o meninos solta a folia de brinquedo e começou depois que Tio Chinim parou né mais Tia Maria eles foram para o Vão de Alma, aí para não ficar parado elas deram esta ideia, esse palpite e aí eles começou a folia de brinquedo e até hoje tá girando. E então eu não sei se foi promessa que elas fez nem se não, sei que ela falou pra fazer. De tia Maria era promessa. (...). Pra num ficar parado, aí ela que deu ideia de solta folia, Tereza e aí foi fazendo juntando as crianças e fazendo, uns davam o almoço outros davam a janta eu mesmo dei almoço, não tinha carne fazia arroz com feijão, com ovo, folha de coentro e almoçava e ia girando (Leuteria, 62 anos).

Como vimos através do memorar, esta cultura já tinha se perdido, ela ressurgiu a partir do incentivo de duas mulheres: a Tereza e a Professora Josa (Joselina Francisco Maia) elas viram a necessidade e fizeram com que os meninos comessem através de brincadeiras saíssem brincando, girando de casa em casa, revivendo novamente esta atividade, hoje, os sujeitos ativadores desta ação, têm todos mais de 45 anos de idade.

Estes são os dois principais eventos que desde seu surgimento acontecem todos os anos na Comunidade Kalunga Engenho II, um ato de fé e também de sentido educacional, adquirido a partir das necessidades da época, e experiências com a natureza que de alguma forma ao buscar em suas memórias percebe-se com firmeza, nas narrações e observações, na identidade física e psicológica dos mestres que, mesmos analfabetos, também são professores. Sujeitos cujo conhecimento surge, nasce e cresce através de um olhar para o chão e outro para a linha do horizonte. Para melhor entender estes saberes e conhecimentos só depende de uma boa convivência com os mais velhos e experientes agricultores das comunidades Kalunga Engenho II.

Então mais uma vez podemos confirmar que o estudo da história e da memória são elementos de grande importância para a educação e manutenção da cultura do povo Kalunga. O ponto de vista das duas professoras que lecionavam naquela época na comunidade Kalunga Engenho II contribuiu para o resgate de uma cultura que já havia se perdido, hoje graças as duas educadoras o evento religioso continua bem vivo na linha do tempo, ou seja, na história local.

1.12. Conquistas da Comunidade ao longo da sua história.

No mesmo dia que foi inaugurada e entregue o novo prédio da Escola Joselina Francisco Maia, no dia 12 de março de 2004 com a presença do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, foi o momento que comemorava também a chegada do Programa Luz Para Todos na Comunidade Kalunga Engenho II, uma das únicas comunidades do território que tem energia elétrica instalada em todas as casas.

Era comum ver a propaganda do Ministério de Minas e Energia, Programa Luz Para Todos em TV e Banners.



Figura 12. Programa Luz Para Todos.
Fonte: Endereço eletrônico.

O projeto pioneiro de eletrificação tinha como objetivo beneficiar 12 milhões de brasileiros, entre eles 10 milhões sendo de zonas rurais, e com cinco anos de instalação de graça, mas nem todos os moradores das comunidades tradicionais²⁸ do Sítio Histórico Kalunga receberam este benefício em suas residências. Os que

²⁸ Apenas a Comunidade Engenho II foi beneficiada.

receberam, em menos de três meses já estavam pagando seus talões cobrados pelas Centrais Elétricas de Goiás – CELG.

O ano de 2008 foi de conquista para a comunidade, porque no mesmo período foi construído o Posto de Saúde, também em parceria de uma ONG Simply Health²⁹ juntamente com a mão de obra de moradores da comunidade. O prédio é estruturado com uma área bilateral coberta, sala de espera, um pequeno corredor que faz a divisa entre os quartos de vacinação, sala médica, sala de curativo, cantina, e três banheiros. O prédio recebeu o nome de Joana Cezário de Torres, em homenagem à senhora mais velha da comunidade, faleceu entre 2007 e 2008 com mais de cem anos de idade.

O atendimento aos pacientes oscila de acordo com cada administração municipal. Na administração passada o Posto funcionava de segunda a sexta feira constantemente. Porém na administração atual, há semanas que não existe atendimento e a justificativa é sempre a mesma: “há médicos para atender o que não tem é meio de transporte para a locomoção”, é o que afirma o secretário de saúde municipal.

No ano de 2006/2007 aproximadamente, o governo federal beneficiou a Comunidade com algumas dezenas de unidades sanitárias. A Fundação Universitária de Brasília (FUBRA) foi a empreiteira, mas não concluíram o trabalho e cerca de 200 unidades das 667 prometidas, não existem. No ano seguinte chegam as Casinhas do Cheque Moradia, que beneficiaram também algumas dezenas de moradores carentes.

Em 2009 a comunidade ganhou onze computadores com antenas de Internet funcionando. O local³⁰ (galpão construído pela FUBRA) serviu de depósito para os aparelhos que só vieram a funcionar um tempo depois e a partir desse momento ficou conhecido como Casa Digital. Este benefício foi doado pelo MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário), conseguido através de três estudantes da LEdoC - Licenciatura em Educação do Campo (Núria, Vilmar e Ludimila) da segunda turma (An-

²⁹ Simplesmente Saúde, vinculado ao Turismo Solidário.

³⁰ O galpão construído pela FUBRA, logo reformado e preparado para aguardar os computadores.

dréia³¹), que eram os únicos da comunidade inseridos na licenciatura naquela época. Atentos à descoberta do projeto que poderia beneficiar as comunidades carentes, que tivessem energia e escolas, os educandos indicaram que é essa a realidade local, e coube perfeitamente a beneficiar a comunidade Kalunga Engenho II.

Hoje por falta de apoio do poder público, a casa está desativada. Primeiro por falta de manutenção das máquinas e segundo por falta de um técnico que possa atender os usuários da comunidade.

A reutilização do espaço construído pela FUBRA era um galpão praticamente descartável, as paredes laterais eram de madeirites pintados de preto e o telhado com uma espécie de telha parecido papelão, que logo deformaram com as primeiras chuvas. Toda a reforma foi por conta de grupos organizativos como associações da ou pertencentes à comunidade local, sem nenhum tipo de ajuda do poder público muito menos do governo estadual ou federal.

³¹ Cada turma da Licenciatura em Educação do Campo, além de numerada por sequência recebia também um nome que era criado pela própria turma.

CAPÍTULO – 2

O PAPEL DA EDUCAÇÃO NA CONTINUIDADE DESSA HISTÓRIA

2.1. Conceito de Política Educacional e Educação do Campo

Assim como já descrevemos sobre a História e Memória da Comunidade Kallunga Engenho II, não podemos esquecer-nos de fazer uma breve descrição sobre outra partícula muito interessante para a comunidade, “A Educação”. Falaremos primeiro neste capítulo sobre o Conceito de Política Educacional e Educação do Campo, em seguida faremos um estudo cronológico sobre a História e Memória da Escola Joselina Francisco Maia, abrangendo desde o seu surgimento à atualidade e ao mesmo tempo explorar a importância da inserção da LEdoC na escola local.

De acordo com Tafarel e Molina (2012, p. 571), o conceito de política educacional pode ser compreendido a partir das reivindicações e manifestações realizadas democraticamente em prol de uma educação social formadora e transformadora. É um conjunto de regras legais que podem ser encontrados na atual LDB. Pode ser caracterizada como um conjunto de leis estatais que são garantidas através das manifestações, e reivindicações das organizações dos trabalhadores rurais no âmbito de uma educação qualitativa, formativa e legal, de forma que melhor se organize economicamente e politicamente, principalmente nas sociedades mais carentes.

Segundo as mesmas autoras, compreende-se política educacional como um mecanismo para uso em defesa dos interesses sociais e econômicos utilizados nos programas e ações governamentais. Partindo desta definição, torna-se possível o entendimento de como tal mecanismo foi utilizado em defesa dos interesses hegemônicos no decorrer de vários períodos históricos do Brasil. Essa compreensão identifica o surgimento contra-hegemônico de políticas de Educação do Campo representando os interesses dos povos do campo, sua organização, reconhecimentos, modo de produção e reprodução da vida.

Segundo Caldart (2012, p. 260-261), a Educação do Campo surgiu primeiro como Educação Básica do Campo durante a primeira Conferência Nacional por uma Educação do Campo realizada em Luziânia, Goiás, em julho de 1998. Nas discussões de preparação do documento base da primeira Conferência de 1998 encon-

tram-se os argumentos que explicam de forma sucinta o porquê de tal mudança da Educação Rural para Educação do Campo.

Utilizar-se á a expressão campo, e não mais usual, meio rural, com o objetivo de incluir no processo da conferência uma reflexão sobre o sentido atual do trabalho camponês e das lutas sociais e culturais dos grupos que hoje tentam garantir a sobrevivência desse trabalho. Mas, quando discutir a educação do campo, se estará tratando da educação que se volta ao conjunto dos trabalhadores e das trabalhadoras do campo, sejam os camponeses, incluindo os quilombolas, seja as nações indígenas, seja os diversos tipos de assalariados vinculados a vida e ao trabalho no meio rural. Embora com essa preocupação mais ampla, há uma preocupação especial com o resgate do conceito de camponês. Um conceito histórico e político. (Kolling, Nery e Molina, 1999, p. 26, apud, Caldart. 2012, p. 260)

Nesta mesma trajetória, descreve ainda que os argumentos sobre a mudança de Educação Básica do Campo para Educação do Campo aparecem nos debates de 2002, realizado no contexto de aprovação do parecer do Conselho Nacional de Educação (CNE). Onde o debate se amplia para a educação em todos os níveis, e não só mais no nível básico.

Temos uma preocupação prioritária com a escolarização da população do campo. Mas, para nós, a educação compreende todos os processos sociais de formação das pessoas como sujeitos de seu próprio destino. Nesse sentido, educação tem relação com cultura, com valores, com jeitos de produzir, com formação para o trabalho e para a participação social. (Kolling, Cerioli e Caldart, 2002, apud, Caldart, 2002, p. 260).

A Educação do Campo defende os interesses da classe trabalhadora organizada do campo em contraposição aos interesses hegemônicos capitalistas.

Sua força é estimulada pelas conquistas dos movimentos sociais do campo na construção de políticas públicas e na luta pelos direitos sociais de todos os camponeses. Um desses direitos é o da educação, o que exige uma política educacional que atenda as especificidades deste povo.

Esse modelo de educação é sem dúvida o mais adequado as escolas do campo, pois além de formar estudantes ligados com a sua realidade, ela transforma sujeitos, prepara-os para viver melhor no mundo, propiciando que tenha uma visão de mundo mais ampliada.

A Educação do Campo é um modelo fundamental para que os sujeitos do campo se libertem da condição de exploração em que se encontram. As comunidades tradicionais quilombolas, indígenas e outras são exemplos e, segundo Arroyo (2012), esses sujeitos oprimidos que tem dificuldades de se libertarem por falta de uma consciência política ampliada desde a colonização brasileira, são vítimas de um sistema imposto por Portugal, que inspirou num sistema que educasse e mantivesse os negros e a nova sociedade em ascensão sob controle, modelo este que alimentavam apenas os interesses privados.

Mesmo com a abolição da escravidão, os resquícios das opressões ainda existem, o motivo das comunidades tradicionais viverem isoladas e ter um alto índice de analfabetismo, desencadeia no desconhecimento das comunidades acerca de seus direitos.

Com a criação da Escola do Campo, que para Molina e Sá (2012) está vinculada a Educação do Campo:

A concepção de escola do campo nasce e se desenvolve no bojo do movimento da Educação do Campo, a partir das experiências de formação humana desenvolvidas no contexto de luta dos movimentos sociais camponeses por terra e educação. Trata se, portanto, de uma concepção que emerge das contradições da luta social e das práticas de educação dos trabalhadores do e no campo (MOLINA, SÁ 2012, p. 326)

Nesta perspectiva, com a inserção dos sujeitos dessas comunidades nos cursos de Licenciatura em Educação do Campo, pode ser o caminho norteador destinado a libertação dos povos, que há muito tempo vem sofrendo com o sistema opressivo imposto pela cultura capitalista, classe esta que acredita ser uma superior a outra. Estamos referindo aqui a direitos estudantis, cotas e ocupação de cadeiras no parlamento independente de cor ou raça. Poderíamos dizer: nosso país tem grande população de negros (e indígenas) que no passado foram as bases da economia da nossa nação. E assim indagamos: quantos dos representantes destes grupos étnicos estão ocupando das mais de 500 cadeiras no parlamento?

A partir do momento que tiver implantada nas comunidades uma educação vinculada a Educação do Campo, ela passa a ser Escola do Campo, e a mesma passa a ser no e do campo.

Constitui-se como luta social pelo acesso dos trabalhadores do campo à educação (e não a qualquer educação) feita por eles mesmos e não apenas em seu nome. A Educação *do* Campo não é *para* nem apenas *com*, mas sim, *dos* camponeses, expressão legítima de uma pedagogia *do* oprimido (CALDART. 2012, p. 263).

Mas a educação não flui com qualidade se o coletivo da escola não pensar nos desafios, nos problemas e buscar superá-los no coletivo, é preciso a direção junto ao colegiado pensar na práxis, nas somas da prática e da ação juntas, ou seja, colocar esta prática em ação nas escolas do campo, é um meio de ampliar na quantidade e qualidade do desenvolvimento e aprendizagem dos sujeitos locais. Provavelmente desta forma em pouco tempo os próprios educandos serão os protagonistas de sua libertação que chegaria a partir da retórica e da arte da argumentação.

2.2. Memória da Escola Joselina Francisco Maia

A Escola Joselina Francisco Maia, localizada na Comunidade Kalunga Engenho II, a vinte e sete quilômetros da cidade de Cavalcante, recebeu este nome em homenagem a segunda professora Sra. Joselina Francisco Maia. A primeira a lecionar nesta escola (ainda não tinha um nome) foi Joani Gomes, por volta do ano de 1962 a 1964. Joani que não tinha nem o Ensino Fundamental completo (de acordo com as narrativas) deu aulas para Joselina Francisco Maia, que mais tarde passou a ser a nova professora (possivelmente com o mesmo grau de ensino), que começou a lecionar em sua própria casa.

No primeiro mandato (antes de 1992) de Felipe Ferreira como prefeito do município, foi construída a primeira base da Escola Municipal do Engenho II, estruturada com uma pequena sala, um banheiro e uma cantina onde se fazia o lanche. Nessa única sala funcionava com uma só professora (Milza Francisco Maia) que trabalhava com multiseriado, desde o pré-primário a 4ª série das séries iniciais. Naquela época não tinha cadeiras para todos os alunos, e era uma disputa para conquistar um assento. Quem chegasse primeiro tinha o seu lugar garantido. E os últimos a chegarem sentavam-se em um tronco de madeira que ficava no chão de um lado da

sala num pé de parede. Isso motivava todos os alunos a chegarem no horário correto para conquistar o melhor lugar.

Quatro anos depois, aproximadamente na administração do novo prefeito Elias Jorge Cheim, foi construída a segunda sala ao lado da cantina, o que facilitou a contratação de mais uma nova professora (Sr.^a Dorotéia dos Santos Rosa), ela que iniciou trabalhando na nova sala, pegando os alunos do pré-primário à primeira série. Nesta, com mais conforto, os assentos já comportavam todos.

No período de 2001 – 2004, o prefeito Eduardo Coimbra Passos, aliado ao governo estadual e federal, constrói outro prédio com três salas, dois banheiros, uma cantina e uma secretaria. Nesse momento a Escola Joselina Francisco Maia recebe seu nome, tal como mencionado acima. No ano de 2008, o Comitê de Turismo da Chapada dos Veadeiros, na pessoa de Ion David que trabalha em uma empresa de turismo (Travessia Ecoturismo³²), vinculado a um projeto patrocinado gentilmente pela CITI (Canterbury Information Technologies Inc.) e HSBC (Hong Kong and Shanghai Banking Corporation) em parceria com funcionários do Banco Itaú e a Fundação Bobby Moore³³, construíram em mutirão, com a mão de obra dos moradores locais, o terceiro prédio com mais três salas e dois banheiros. Foram nelas que começou a funcionar o Ensino Médio.

Neste ano de 2014, uma irregularidade pública quase desencadeava no fechamento da sala do 6^a ano do Ensino Fundamental, após voltar a funcionar como antes no turno vespertino o PETI³⁴, segundo o Secretário de Educação (que é subordinado à Secretária da Assistência Social), não tinha como ceder mais nenhuma sala daquele ³⁵prédio para o funcionamento das aulas do estado que funcionava no turno vespertino, sendo que a mesma só era ocupada pelo estado no turno matutino.

³² Operadora de ecoturismo sustentável, que promove a conservação do patrimônio natural e cultural, buscando melhoras no bem estar das populações envolvidas.

³³ Bobby Moore, jogador de futebol da Inglaterra que conquistou o título mundial de 1966, na época conseguiu duas conquistas, título mundial e vencer um câncer, após sua morte em 1993, todos os seus bens financeiros foram revertidos pela sua esposa, para combater câncer e atender na área da Educação.

³⁴ Antigo PETI, hoje, Centro de Convivência.

³⁵ As duas primeiras salas a serem construídas para a escola da comunidade, ainda nas primeiras administrações do Prefeito Felipão.

Deparado a esta situação os professores e coordenação do estado se mobilizaram e construíram um ofício e destinou a Secretária de Assistência Social pedindo no mesmo uma justificativa. Informando que não desocuparia enquanto não tivesse uma resposta, e não teve.

O colegiado de professores funcionários do estado, entendendo que a maior verba que entra nas secretarias do município vão para a da educação, neste mesmo sentido os docentes não entendem o porquê do poder público municipal confrontar com tal ação comprometendo no ambiente escolar.

Hoje a Comunidade Kalunga Engenho II conta com mais de dez educandos inseridos na Licenciatura em Educação do Campo da Universidade de Brasília - UnB, alguns iniciando, outros formandos, enquanto outros já terminaram. Alguns desses estudantes atuam na escola da comunidade Engenho e outros fazem inserção orientada ou estágio. Todos eles têm uma visão mais ampliada, voltada à educação.

Dessa forma vejo que o estudo da memória local pode ser mais enriquecido desde que tenham sujeitos com estas visões de mundo, pois pode trabalhar a memória da comunidade com clareza em aulas interdisciplinares, principalmente em História e Português, explorando o já coletado, logo levantando novas suspeitas sobre as dimensões da memória da comunidade Engenho II que são relevantes para o registro da história do território Kalunga.

Daí a importância deste trabalho que fizemos com nossas pesquisas é ter como objetivo central deste texto, servir de material informativo para os grupos organizativos locais, e também como material pedagógico de pesquisa.

Após aprovado este trabalho devemos/podemos entregar uma cópia aos grupos organizativos da comunidade para que conheçam e lutem por seus direitos em prol da regularização e titulação das terras do território Kalunga.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através deste trabalho pudemos perceber o quanto é importante trabalhar o resgate da Memória de um povo. Seus costumes tradições, saberes, sua relação amistosa com a natureza, hábitos que só têm a contribuir com o meio ambiente local, e com isso perceber que a racionalidade do homem surge a partir de seu relacionamento com o meio em que vive.

Esse estudo também deixa explícito as lutas de resistência pela terra, o relacionamento entre os moradores locais e os fazendeiros que ainda ocupam parte das terras férteis que as pessoas da Comunidade Kalunga Engenho II utilizam para a sua sobrevivência.

Neste trabalho pudemos descrever as interpretações sobre o significado da palavra Quilombo no Brasil e na África, o significado de Kalunga e Calunga, o motivo da comunidade chamar Engenho II, assim como a história de surgimento de cada um desses locais, dando ênfase nas conclusões que consideramos serem as mais adequadas para a comunidade.

Podemos perceber que as pessoas Quilombolas tem direito oficial em suas terras desde que estejam realmente as ocupando, dessa forma as terras não podem ser vendidas e muito menos invadidas. Entendemos que os resquícios de trabalho possivelmente realizado por escravos identifica o local como parte do Quilombo Kalunga, da mesma forma, tem como característica de um quilombo a geografia do território.

Podemos indagar, investigar através dos registros físicos locais e percebermos que a Comunidade Kalunga Engenho II, possivelmente surgiu a partir de duas vertentes. Primeiro a partir de um esconderijo de escravos, mas de forma que ali por desumana sorte ainda foram explorados. Em segundo, teria acontecido a abolição e os senhores que ali residiam, teriam deixado suas terras para os escravos nela usufruírem livremente.

Conseguimos com clareza descrever o como surgiu a Escola Joselina Francisco Maia suas lutas desafios e conquistas, as dificuldades encontradas na área da

Saúde, vítima do isolamento social, também a restauração de algumas atividades religiosas incentivadas por duas das primeiras professoras a lecionar na comunidade, e por fim o motivo da existência de cada atividade. Os desafios, as conquistas, permanências e rupturas referentes aos benefícios que já foram destinados à comunidade.

No desenvolver da pesquisa pudemos perceber que a Educação do Campo surgiu primeiramente como Educação Básica do Campo, logo, através de longas lutas dos movimentos sociais, evoluindo e transformando-a em uma educação transformadora que prepara especificamente os sujeitos de comunidades carentes, assentados para a vida no campo e cidade, aptos a vida rurbana e autônoma.

REFERÊNCIAS

- ARROYO, Miguel G. – **Outros Sujeitos, Outras Pedagogias**. Editora Vozes. Petrópolis, RJ: Vozes 2012.
- BAIOCCHI, Mari de Nazaré - **Kalunga: Povo da Terra**. 1º Ed. Brasília: Ministério da Justiça, Secretariade Estado dos Direitos Humanos, 1999.
- BENJAMIN, Walter, **Obras escolhidas magia e técnica arte política** 7º Ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BUCHMAN, Daniela Ungarelli, **A Comunidade Quilombola Kalunga do Engenho II: Cultura Produção de Alimentos e Ecologia de Saberes**, Dissertação de Mestrado Universidade de Brasília, maio de 2009.
- CALDART, R *et al* (Orgs), In: **Dicionário da Educação do Campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012. Pp.
- DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **História oral – memória- tempo – Identidade**. Belo Horizonte, Autêntica. – 2006.
- FUNDAÇÃO PALMARES/MTC. *et al* (Orgs) **África e Brasil**. In Revista Palmares. Fundação Cultural Palmares, nº 5; Brasília nov. 2000, págs. 09 – 15.
- JATOBÁ, Danielli – **A Comunidade Kalunga e a Interpelação do Estado: da Invisibilidade à Identidade Política**. Dissertação de Mestrado. Brasília 2002.
- LAMAS. Júlio. **África Resiste**. In. **Revista Língua Portuguesa**, Ano 8 nº 92, junho de 2013. www.revistalingua.com.br
- LITTLE, Paul – **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade**. Série Antropologia nº 322. Universidade de Brasília, 2002.
- MAIA, João Francisco *et al* (Orgs.) In: LEdoC/FUP/UnB - **História e Memória do Território Nordeste Goiano**. Relatório de Pesquisa. Brasília, nov. 2012.
- MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário - **Territórios Quilombolas**. Relatório. Brasília, 2012.
- O'DWEYER, Eliane Catarino. SILVA, Édnea Pinheiros. Org. Quilombos no Brasil: **Revista Palmares 5**. Brasília – DF: Fundação Cultural Palmares/**MinC**. nov. 2000.
- RIBEIRO, Matilde. **Programa Brasil Quilombola**. In, Brasil um País de todos, Governo Federal, Seppir. Brasília – 2005.

SÁ, Laís M. - **Terra, Território e Territorialidade no modo de vida e na Identidade Cultural Camponesa**. LEdoC/FUP, Universidade de Brasília, 2010

SARAIVA, Regina Coelly - **História Memória e Identidade**. LEdoC/FUP, Universidade de Brasília, 2010

SOARES, Aldo Azevedo. **Kalunga o Direito de Existir, (Questões Antropológicas e Jurídicas Sobre Remanescentes de Quilombos)**, Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Goiás, Goiânia 1993.

SILVA. F. **Práticas Corporais em Comunidades Quilombolas de Goiás**. Editora da PUC, Goiânia – 2011.

SOUZA, **Uma história do povo Kalunga**. Ministério da Educação. Brasília – 2007.

VELLOSO, Alessandra D' Aqui. **Mapeando Narrativas: uma análise do processo histórico – espacial da Comunidade do Engenho II – Kalunga**, Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília, fevereiro de 2007.

Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/acervo/historiaoral> acessado em 14/11/13.

Disponível em: <http://educacaoquilombolaeadiversidade.blogspot.com.br/2010/03/mas-por-que-eles-se-chamam-kalunga.html> acesso em dia 12 de julho de 2013.

Disponível em: (<http://pt.wikipedia.org/wiki/Calunga>). Acessado em 12 de julho de 2013.

Autor Desconhecido. **Do Uol, em São Paulo**, disponível em: <http://bobbymoorefund.cancerresearchuk.org/bobby-moore/>. Acessado em 12 de março de 2014.

Dicionário de Siglas, disponível em: <http://www.siglas.com.br/?t=s&s=CITI>. Acessado em: 24/06/14.

Disponível em: <http://www.significados.com.br/hsbc/> acesso em 12 março de 2014.

Disponível em: http://www.furnas.com.br/arqtrab/ddppg/revistaonline/linhadireta/LD308_luz.pdf.

Acessado em 14 de março de 2014.

ANEXO I

PERGUNTAS UTILIZADAS NAS PESQUISAS DE TCC.

Nome: _____

Escolaridade: _____

Profissão: _____

Idade: _____

SOBRE A PALAVRA CALUNGA OU KALUNGA

1. Qual a forma correta de escrever a palavra kalunga?
2. Tem alguma diferença significativa entre a escrita da palavra com a inicial c em vez de k no início?
3. Você (o senhor) acha que a imprensa publica textos com esta palavra escrita de forma diferente? Como?

Sobre fontes históricas estradas e pilões de pedra

(qual conclusão verdadeira)

1. Senhor (entrevistado) aqui na nossa comunidade existe algumas fontes históricas, é o caso das estradas abertas por escravos, cerca de pedras, pilão e roda de pedra. Agora, será que houve escravidão aqui dentro da nossa comunidade?
2. Para que serviam esses elementos, o pilão de pedra, por exemplo?
3. Será que os negros que formaram esse quilombo ou essa comunidade construíram isso por vontade própria, ou foram explorados por alguém?
4. No ponto de vista do senhor (entrevistado) qual a conclusão verdadeira: houve ou não escravidão dentro desta comunidade?

Sobre as técnicas de plantio

1. Como eram realizadas as plantações antigamente?
2. Quais produtos eram mais utilizados para o cultivo?
3. Tem alguma diferença no modo de cultivo de hoje com o de antigamente?
4. Existe uma data específica para o plantio de cada produto?
5. Quanto as fases de lua influencia em alguma coisa referente a plantio e colheita?
6. Quais são as datas adequadas para o plantio de cada produto?
7. Esses aprendizados continuam sendo repassados de geração para geração?
8. Referente as rupturas e permanências dentro da comunidade, esses valores continuam atualmente prestigiado pela juventude?

Sobre as datas comemorativas

1. Como surgiu a folia de santos reis, e qual a sua intencionalidade?
2. Quanto a folia de Santo Antônio, qual o seu significado para a comunidade?
3. Como é o comportamento da juventude referente aos eventos religiosos da comunidade?
4. Se fosse dar um conselho referente as datas comemorativas, o que diria a esse respeito?